

LULA NO NORDESTE A ESPERANÇA VOLTOU



Ricardo Stuckert

focus
BRASIL

Fundação Perseu Abramo 23 de Agosto de 2021 Nº 24

NESTA EDIÇÃO

Acuado, Bolsonaro mantém tom golpista com Judiciário

Ricardo Galvão: "Governo é inimigo do meio ambiente"

CPI mira no líder do governo e acelera relatório final

Quarenta anos sem Glauber Rocha: Brasil em transe

**INTERDITAR BOLSONARO
E REVOGAR A LEI DE
SEGURANÇA NACIONAL**

em defesa da vida
e da democracia

**NEGACIONISMO E
IRRESPONSABILIDADE
LEVAM BRASILEIROS
À MORTE**

Observatório
da Democracia

Fundação
Cristóvão

Associação
Miguel
Lemos

FUNDACÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

INSTITUTO
Cruz

LAURO CAIXES E
MARTELLE FRANCO

FLA-AP

ASTROJULDO

Herbert Davis

**PAUTA
BRASIL**

**ASSISTA AO
PROGRAMA
PAUTA BRASIL**

SEGUNDAS, QUARTAS
E SEXTAS-FEIRAS
ÀS 17 HORAS

REALIZAÇÃO E
TRANSMISSÃO

FUNDACÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

transmissão

★

DCM Forth

TV 247

SIGA O CANAL DA REVISTA



NO YOUTUBE

**focus
BRASIL**

Uma publicação da Fundação Perseu Abramo

Diretor de Comunicação: Alberto Cantalice

Coordenador de Comunicação: David Silva Jr.

Produção: Oficina da Notícia

Editor Responsável: Olímpio Cruz Neto

Colaboradores: Danilo Molina,
Pedro Camarão e Nathalie Nascimento



**FUNDACÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores**

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente: Aloizio Mercadante

Vice-presidenta: Vivian Farias

Diretoras: Elen Coutinho e Jéssica Italoema

Diretores: Alberto Cantalice, Artur Henrique da Silva
Santos, Carlos Henrique Árabe, Jorge Bittar,
Luiz Caetano e Valter Pomar

CONSELHO CURADOR

Presidenta de honra: Dilma Rousseff

Presidente: Fernando Haddad

Conselheiros: Ana Maria de Carvalho Ademar, Arthur
Chioro dos Reis Fontenele, Arlete Sampaio, Azilton Viana,
Camila Vieira dos Santos, Celso Amorim, Dilson Peixoto,
Eleonora Menicucci, Eliane Aquino, Elisa Guaraná de
Castro, Esther Bemerguy de Albuquerque, Everaldo de
Oliveira Andrade, Fernando Pimentel, Fernando Ferro,
Francisco José Pinheiro, Iole Ilíada, José Roberto Paludo,
Lais Abramo, Luiza Borges Dulci, Maria Isolda Dantas de
Moura, Nabil Bonduki, Nilma Lino Gomes,
Paulo Gabriel Soledade Nacif, Penildon Silva Filho,
Sandra Maria Sales Fagundes, Sérgio Nobre,
Teresa Helena Gabrielli Barreto e Vladimir de Paula Brito

SETORIAIS

Coordenadores: Elisângela Araújo (Agrário),
Henrique Donin de Freitas Santos (Ciência e Tecnologia
e Tecnologia da Informação), Martvs Antonio Alves
das Chagas (Combate ao Racismo), Juscelino França
Lopo (Comunitário), Márcio Tavares dos Santos Chapas
(Cultura), Adriano Diogo (Direitos Humanos), Tatiane
Valente (Economia Solidária), Maria Teresa Leitão de
Melo (Educação), Alex Sandro Gomes (Esporte e Lazer),
Janaína Barbosa de Oliveira (LGBT), Nilto Ignacio Tatto
(Meio Ambiente e Desenvolvimento), Rubens Linhares
Mendonça Lopes Chapas (Pessoas com Deficiência),
Eliane Aparecida da Cruz (Saúde) e
Paulo Aparecido Silva Cayres (Sindical)

CONTATOS

webmaster@fpabramo.org.br

Telefone: (11) 5571-4299 Fax: (11) 5573-3338

Endereço: Rua Francisco Cruz, 234 Vila Mariana
São Paulo (SP) - CEP 04117-091

NESTA EDIÇÃO

LULA TRAZ A ESPERANÇA DE VOLTA AO POVO

A jornada pela reconstrução nacional tem início com a ida do ex-presidente ao Nordeste, em visita a seis estados.

Página 13



Ricardo Stuckert

EDITORIAL. O país está numaa encruzilhada, entre a esperança e o ódio

Página 4

ENTREVISTA. Ricardo Galvão denuncia a atitude predatória do governo

Página 5

MEIO AMBIENTE. Eventos climáticos extremos serão mais frequentes, diz ONU

Página 10

DESAFIO. A mudança climática obrigará o país a mudar a política agrícola

Página 12

CONSCIÊNCIA. Lula desponta como candidato favorito de jovens e negros

Página 17

GOLPISMO. Bolsonaro mantém a corda esticada ao atacar ministros do STF

Página 19

CPI. Servidor do TCU diz que presidente alterou documento sobre Covid

Página 21

EDUCAÇÃO. Ex-reitor alerta para grave retrocesso no ensino público universitário

Página 23

NADA PELO SOCIAL. MP condiciona Auxílio Brasil a doação de alimentos

Página 25

DESTRUIÇÃO. Reforma administrativa ameaça o serviço público federal

Página 27

DESMONTE. Bohn Gass denuncia: MP abre porta para a privatização do SUS

Página 29

ECONOMIA. Fracasso da agenda ultraliberal expõe estratégia de Guedes

Página 30

MASSACRE. Proposta de reforma tributária deixa microempresário na chuva

Página 33

ENERGIA. Sem Eletrobrás e Petrobrás, o povão vai pagar energia mais cara

Página 35

DERROTA. EUA deixam o Afeganistão nas mãos dos radicais do Taleban

Página 37

HISTÓRIA. Em 1954, a morte de Getúlio Vargas e a fúria popular no país

Página 38

MEMÓRIA. Quarenta anos sem Glauber e o Brasil vive a derrocada da cultura

Página 40

LITERATURA. Os 110 anos de 'Triste Fim de Policarpo Quaresmo', de Lima Barreto

Página 42



Arquivo

Historicamente, foram as caravanas com Lula, desde a memorável e heróica campanha de 1989, que colocaram na pauta a agenda que verdadeiramente dialoga com o cotidiano do povo brasileiro: fome, analfabetismo, falta de moradia, de energia, médicos e remédios, a carteira de trabalho sem assinatura do empregador e o desejo sempre adiado de acesso à educação e cultura.

Lula tem afirmado que é imperativo colocar o povo no orçamento e fazer os ricos pagarem impostos. Uma primeira diretriz para diminuir a desigualdade e criar as bases do crescimento solidário. Quando diz que mais vale a floresta em pé do que soja plantada na Amazônia, Lula sintetiza a expectativa de todo planeta, porque as consequências do aquecimento global estão cada vez mais presentes, como a mudança do regime de chuvas, as secas prolongadas e os extremos climáticos.

É inconcebível que o país que mais produz e exporta alimentos assista passivamente que 85 milhões de pessoas passem fome ou sobrevivam com insegurança alimentar. Também é inaceitável a taxa recorde de desemprego, de desalentados e de subempregados, pessoas que se somam a uma multidão de brasileiros que voltaram para a miséria e pobreza. São provas do fracasso da agenda neoliberal e da ortodoxia fiscal. O Brasil grita por novo padrão de desenvolvimento, justo, sustentável e solidário.

A chamada terceira via, além de não ter votos, não traz qualquer proposta capaz de reverter a tragédia que ajudou a patrocinar: Bolsonaro-Guedes. Tenta salvar o indefensável, insistindo no neoliberalismo e na ortodoxia fiscal permanente. Agora, quer descartar Bolsonaro, mas manter o projeto econômico fracassado, que vem condenando por gerações a América Latina à financeirização crescente, ao baixo crescimento e à instabilidade econômica e política. Por isso, tentam dizer que o ódio e a esperança são a mesma coisa. Não são!

O povo sabe e cada dia passa a ter maior convicção e saudades de um tempo recente em que o Brasil tinha estabilidade, democracia plena, crescimento, distribuição de renda, mais justiça social, autoestima, soberania e uma relação ativa e altiva com as demais nações do planeta. A presença de Lula no Nordeste, mesmo com as restrições impostas pela pandemia, mostra o vigor de uma campanha que está apenas se iniciando e que vai mobilizar e encantar o povo com o resgate da esperança e com uma agenda portadora de futuro.

Lula voltou e com ele a esperança da Nação! •

EDITORIAL

O BRASIL ENTRE A ESPERANÇA E O ÓDIO

Aloizio Mercadante

A polarização está dada. O Brasil se divide hoje entre o compromisso com a democracia ou o saudosismo da ditadura. Entre a ciência e o negacionismo. Entre o direito das mulheres e dos negros ou o machismo e o racismo estrutural. Entre a inclusão educacional ou a exclusão dos mais pobres das universidades. Entre o direito à educação ou o apartheid educacional das crianças com deficiência. Entre o desenvolvimento sustentável e o neoliberalismo predatório. Em resumo: entre a civilização e a barbárie.

A encruzilhada da história coloca o país entre a esperança e o ódio e, assim como a esperança derrotou o medo em 2002, 20 anos depois a esperança derrotará o ódio. A visita de Lula ao Nordeste é o primeiro passo dessa promissora caminhada de resgate da esperança. É um reencontro de Lula com o Brasil profundo. É o reinício da jornada de uma grande liderança popular, cuja trajetória de vida e sofrimento é a própria saga da Nação e do povo.

Sem dúvida, Lula é o brasileiro que mais percorreu os caminhos esquecidos e invisíveis onde sobrevivem e resistem milhões de brasileiros, filhos da pobreza, abandonados pelas políticas públicas, oprimidos pelas estruturas de poder e excluídos das oportunidades de uma vida digna.

“O GOVERNO TEM UMA ATITUDE PREDATÓRIA PARA O PAÍS”

Ex-diretor do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), o físico Ricardo Galvão alerta que o Brasil está atravessando um momento perigoso, com o governo Bolsonaro estimulando a depredação da floresta amazônica. “A situação pode se tornar fortemente irreversível, prejudicando muito o país”, alerta. “Precisamos ter um governo que não só não seja negacionista, mas que entenda a importância da ciência”

Pedro Camarão

O físico Ricardo Galvão é um dos mais importantes cientistas brasileiros. No início do governo Bolsonaro, ele ocupava o cargo de diretor do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, o Inpe, e entrou em confronto com o presidente e o seu negacionismo.

Diante de estatísticas que apontavam para o aumento do desmatamento na Amazônia, o presidente da República o acusou de manipular dados. Disse que os dados do Inpe eram mentirosos e que o cientista estaria a serviço de alguma ONG. Após a discussão pública, acompanhada por toda a comunidade internacional, Ricar-

do Galvão acabou exonerado.

Ele afirma que chegou a ver com bons olhos a proposta de redução do desmatamento ilegal apresentada por Jair Bolsonaro na conferência ambiental convocada por Joe Biden. No entanto, com o passar do tempo, para ele está demonstrado que o objetivo do governo é fazer com que práticas ilegais passem a ser legais, o que não melhoraria em absolutamente nada a situação da Amazônia.

Segundo o físico, o discurso negacionista e a forma como Bolsonaro combate a ciência brasileira são extremamente prejudiciais ao Brasil. Ele avalia que as consequências econômicas já estão sendo

sentidas pelo empresariado.

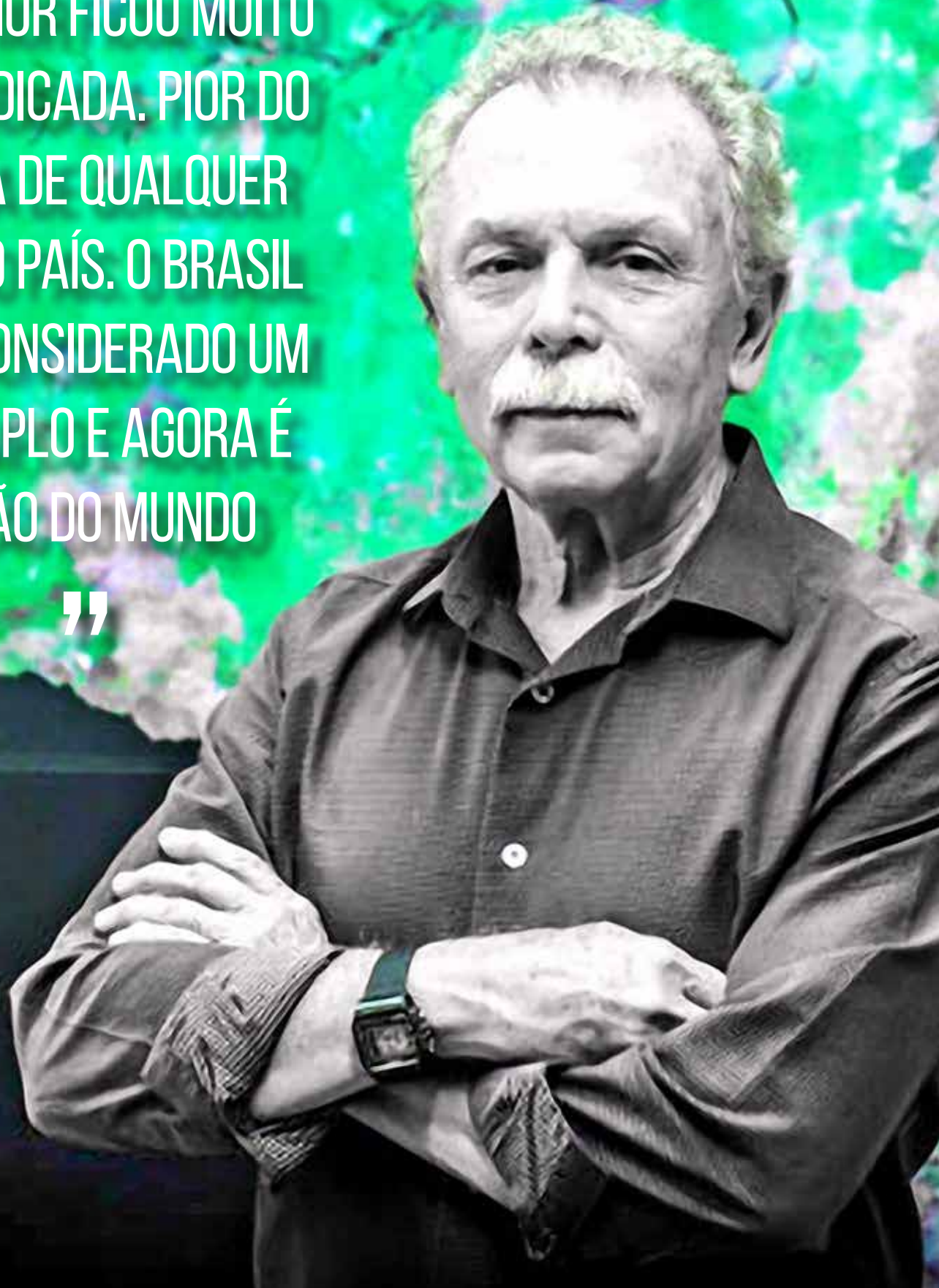
Para Galvão, o novo relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas, o IPCC, vai provocar uma pressão ainda maior sobre o Brasil para que a floresta seja preservada. Nesta entrevista à **Focus Brasil**, o físico diz que a Amazônia corre sério risco de se transformar em uma savana. E as consequências para o Brasil e para o mundo seriam terríveis.

O professor da Universidade de São Paulo (USP) ainda aponta sobre os retrocessos na ciência brasileira e o quanto o país perde com o cenário de desinvestimento e destruição das entidades de fomento à pesquisa. Leia os principais trechos da entrevista:

“

A IMAGEM QUE O
BRASIL TEM NO
EXTERIOR FICOU MUITO
PREJUDICADA. PIOR DO
QUE A DE QUALQUER
OUTRO PAÍS. O BRASIL
ERA CONSIDERADO UM
EXEMPLO E AGORA É
VILÃO DO MUNDO

”



Focus Brasil – O novo relatório do IPCC apresenta dados alarmantes, mas isso já é algo comum. O que muda, aparentemente, é o nível de certeza sobre os estragos causados pela ação humana até hoje e para o futuro. Quais as consequências desse novo relatório para a geopolítica ambiental?

Ricardo Galvão – Primeiro, é preciso entender que os relatórios do IPCC não são artigos científicos. O grupo do IPCC coleta dados de várias publicações. Para se ter uma ideia, os modelos numéricos que fazem a previsão de evolução do clima, se não me engano, são 30 ou 35. E nem todos eles dão os mesmos resultados. Então, a primeira coisa que se deve ter em mente ao analisar um relatório do IPCC são os adjetivos usados. Fala-se em “virtualmente certo”, que é 99% de certeza, “altamente provável” varia entre 90% e 99%, e assim por diante com “provável” e “improvável”. O relatório é feito exatamente para os gestores poderem elaborar as políticas públicas com relação às mudanças climáticas. De impactante nesse relatório que não tem nos outros, é que eles colocam como praticamente certo que o aquecimento é devido a um efeito antrópico, além dos efeitos naturais. Isso não era tão claro nos relatórios anteriores.

– De que forma os apontamentos do relatório afetam as nações? Temos a COP 26 em novembro.

– Eu acredito que a maior parte dos países, de acordo com os relatos que tenho recebido, está levando o relatório muito a sério e considera que já estamos atrasados em tomar as medidas corretas. Quanto a isso não há a menor dúvida. O principal efeito, naturalmente, vai ser uma pressão enorme na redução de utilização de combustíveis fósseis. Todos os países já estão indo nes-

sa direção. A própria China, que nunca se esperou que assumisse um compromisso nesse sentido, está se comprometendo até 2050 a zerar a emissão de gases do efeito estufa. Eu acho difícil, mas pode acontecer. Outro efeito, naturalmente, vai ser a pressão contrária ao desmatamento nas florestas tropicais. Existem só duas ferramentas principais para reduzirmos o efeito de gases do efeito estufa: a primeira é diminuir fortemente ou zerar a utilização de combustíveis fósseis – que eu não acredito que vá acontecer antes de 2050, acho muito difícil. E, a segunda, são as florestas, principalmente, as tropicais.

As três principais florestas tropicais são a Amazônia, a floresta do Delta do Rio Congo na África e a floresta nas Filipinas. Esta última já foi bastante desmatada, então já é um emissora de gás carbônico. Ela não é mais absorvedora de carbono. A floresta amazônica até pouco tempo era ainda um absorvedor – absorvia mais gás carbônico do que emitia. Mas existem trabalhos muito recentes que estão tendo repercussão enorme, principalmente o trabalho da professora Luciane Haddad, do Inpe, que acabou de ser publicado na revista *Nature*, que oferece dados de medidas em 10 anos, de gases do efeito estufa em cinco localidades da Amazônia.

Isso já mostra que todo o Leste da Amazônia – o chamado arco do desmatamento, que começa no Maranhão e vai até o Norte do Mato Grosso, bordeando o Sul da Amazônia – toda essa região já está sendo um emissor de gás carbônico, o que é extremamente preocupante. Então, a Amazônia já está se tornando quase um balanço zero entre absorver gás carbônico. Já a Floresta do Rio Congo, não. Lá, eles continuam ainda sendo o principal sequestrador de carbono da atmosfera.

Então, acredito que na reunião

que vamos ter em novembro vai haver uma pressão enorme sobre o Brasil. Não tenho dúvida disso. Porque o compromisso assumido pelo Bolsonaro na conferência convocada pelo presidente Joe Biden, já não está cumprindo. Ele prometeu que iria zerar o desmatamento ilegal da Amazônia até 2030. Até fiquei animado, mas agora já estamos percebendo que zerar o desmatamento ilegal, pelas medidas que estão no Congresso, é legalizar o que é ilegal. Isso é extremamente preocupante. Existem pressões de setores do governo para que se atue para diminuir o desmatamento, mas eu tenho dúvida que isso vá acontecer e estou esperando forte pressão sobre o país nesse aspecto.

– Qual é a situação do Brasil perante o mundo?

– Há um contexto histórico. O Brasil, desde a conferência Rio-92, com os trabalhos liderados pelo professor José Goldemberg, sempre teve protagonismo enorme nessa questão ambiental, de preservação das florestas tropicais e do desenvolvimento sustentável. Por exemplo, o sistema desenvolvido pelo Inpe para monitoramento do desmatamento amazônico, o PRODES, é um dos mais respeitados do mundo. Temos que lembrar que de 2004 a 2012, desde que o Inpe criou o sistema DETER de alerta, o Brasil reduziu o desmatamento na Amazônia em 80%. Caiu de mais de 27 mil km² para cerca de 4 mil km². Esse resultado foi considerado pela revista *Nature* como o maior exemplo de conservação e de sustentabilidade de florestas tropicais do mundo, naquela década. Em 2015, teve um trabalho publicado por cientistas de Harvard, da Universidade de Columbia e da Nasa falando sobre o sistema DETER. Disseram explicitamente, “outros países monitoram suas florestas com satélites, mas ninguém fornece os da-

dos publicamente, gratuitamente, abertos e de altíssima qualidade como faz o Inpe no Brasil". Ali, convocam os outros países a seguir o exemplo brasileiro.

Até 2014, o Brasil tinha um enorme protagonismo. E as ações que começaram a diminuir o controle do desmatamento na Amazônia, é preciso ser honesto, começou no governo Dilma, infelizmente. Mas o desmatamento foi incentivado por Bolsonaro com um discurso nefasto, predatório, incentivando o desmatamento. Com isso, a imagem que o Brasil tem no exterior ficou muito prejudicada. Pior do que a de qualquer outro país. O Brasil era considerado um exemplo agora é vilão do mundo. Isso terá consequência muito grande, já está tendo, e aquelas pessoas ligadas ao "bom agronegócio" estão preocupadíssimas. Os grupos que apoiam essas ações do governo, na minha opinião, são minoria.

Tudo isso, realmente, coloca o Brasil numa situação muito ruim que vai ter consequências econômicas. A consciência do desenvolvimento sustentável no exterior, principalmente na Europa, é enorme. Os consumidores já têm uma preocupação grande de não consumir produtos que não sejam produzidos de forma sustentável. O governo tem uma atitude predatória para o país.

– No Brasil, temos um governo que é inimigo declarado do meio ambiente, que destrói tudo, como já foi pontuado aqui. Como o senhor avalia a crise no Inpe?

– A questão do supercomputador já vinha de antes. Inclusive, na minha foi quando alertamos o governo de que teríamos que adquirir um novo computador. Estávamos numa situação difícil e em 2018 conseguimos fazer uma reestruturação do computador, trouxemos peças novas para alongar sua vida útil por mais um ou dois anos. Mas o governo já

sabia disso. Então, a decisão de não substituir o computador já vem de antes [com Michel Temer]. Agora, o que aconteceu fortemente durante o governo Bolsonaro foi uma redução drástica do orçamento do Inpe. Isso teve consequências enormes.

O supercomputador só é ligado parcialmente à questão do meio ambiente. Ele funciona para fazer a meteorologia por satélite computacional e a segunda parte que é importantíssima, mas exige muito mais poder computacional

ESTÁ HAVENDO UMA ENORME PERDA DE PESSOAL. O CORTE DE BOLSAS FOI GRANDE. SE OS CIENTISTAS FOREM PARA FORA DO PAÍS, NÃO VOLTAM

– são as previsões climáticas. Os informes que o Brasil fornece para o IPCC são rodados no supercomputador do Inpe. Há programas desenvolvidos pelos próprios pesquisadores do Inpe. Esses vão ser fortemente afetados. Porque o computador que o diretor do Inpe está dizendo que vai comprar, que ele diz que é equivalente ao supercomputador, não é. Os informes sobre a questão de mudanças climática serão fortemente afetados.

– Os retrocessos que o governo Bolsonaro vem impondo à ciência brasileira representam

quanto tempo de atraso no desenvolvimento da estrutura científica brasileira?

– Não é bem a questão de colocar em termos de anos perdidos. A ciência brasileira, a partir de meados da década de 80 teve um desenvolvimento enorme. Podemos usar até o adjetivo "espetacular". Nós produzíamos menos do que 0,3% de toda a produção científica mundial e estamos agora em cerca de 2%. Nós formávamos menos de 2 mil doutores por ano e hoje formamos mais de 22 mil doutores por ano.

Durante os governos FHC, Lula, Dilma – até pelo governo Temer, que caiu um pouco –, a ciência teve um desenvolvimento fortíssimo. Agora, ela está sendo atacada principalmente com cortes de recursos orçamentários muito fortemente, mas estão minando uma fortaleza que ainda resiste. Na minha opinião, ainda resiste. Eu quero dizer claramente, se, por exemplo, a partir do ano que vem não tivermos mais o governo Bolsonaro, mas tivermos um governo que não seja negacionista e que valorize a ciência, eu acredito que entre 3 e 5 anos possamos recuperar musculatura. Agora, a perda enorme que está havendo é de pessoal.

O corte de bolsas é muito grande. Só para ter uma ideia, no meu laboratório na USP, que não é um laboratório muito grande, os últimos seis doutores que se formaram estão todos no exterior. É natural que uma pessoa que faz o doutoramento no Brasil vá para o exterior, passe dois anos. Todos os países fazem isso porque é muito bom para ampliar sua área de conhecimento, mas geralmente voltam para o país. Não há como voltar. Não tem possibilidades para voltar. Os cortes no CNPq foram drásticos.

A ciência brasileira só não sofreu mais porque grande parte da dela é feita aqui em São Paulo e

a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo ainda tem musculatura para apoiar a ciência. Mas o desenvolvimento da ciência brasileira nesses governos passados não foi só em número, mas também na homogeneização pelo país. Ela era muito concentrada no Sudeste e Sul e agora está espalhada no Nordeste, no Norte, no Centro Oeste. Nesses locais também temos bons institutos e bons grupos de pesquisa. Todos dependem de recursos do governo e estão sofrendo muito.

Nós sabemos que se perdermos as pessoas, se forem para fora, é difícil voltar. Para dar um exemplo típico agora de governo Bolsonaro, um avanço espetacular que o Brasil teve, que o Inpe foi responsável, foi o desenvolvimento de satélites para uso civil, monitoramento da Amazônia, monitoramento de queimadas...

O Inpe teve o apoio do acordo China-Brasil para o desenvolvimento de satélites de observação da Terra, que foi muito exitoso. Foi considerado pela Unoosa – o escritório das Nações Unidas para uso pacífico do espaço – como maior exemplo paradigmático de sucesso em colaboração Sul-Sul na área espacial. E o Inpe desenvolveu um satélite, o Amazônia 1, que foi lançado pelos seus próprios engenheiros.

Ora, a equipe de engenharia espacial para desenvolver um satélite é de 80 pessoas. Bolsonaro cortou todos os recursos. Não temos mais a colaboração Brasil-China que completou 30 anos em 2018, estava projetado o satélite Amazônia 2 e não será feito. E o que acontece com essa equipe de engenheiros aeroespaciais? Basta que a indústria se recupere um pouco para atraí-los. Vai levá-los embora. Isso não se recupera em cinco anos. Talvez em dez anos. Formar o know-how humano é custoso porque não é só ensinamento, tem a experiência. Isso vai

ser, sim, uma perda muito grande para o país. E temos também outras áreas, em particular nas Ciências Biomédicas também temos perdas desse tipo.

– A situação da Amazônia hoje é a mais preocupante da História? Há recuperação possível?

– Olha, a situação está muito difícil e não é só sobre a questão de ser um sequestrador de gás carbônico da atmosfera, mas principalmente, ser o principal fator do nosso regime de chuvas em todo

**DESMATAMOS 20%
DA AMAZÔNIA.
ESTAMOS MUITO
PERTO DE CHEGAR
AO LIMAR DE
25% E ISSO É
PREOCUPANTE –
A FLORESTA VAI
VIRAR SAVANA**

o país. No Sudeste, por exemplo, dependemos de toda a umidade que vem da Amazônia e já estamos sentindo na pele o efeito disso, a diminuição drástica nas chuvas.

Tem um estudo muito bem feito pelo professor Carlos Nobre que mostra a Amazônia como um todo, não só a brasileira. E se ela for desmatada mais que 25% a 30%, depende do modelo, a sua tendência a se tornar uma savana é irreversível. Vai deixar de ser uma floresta. Essa vai ser uma perda enorme. Enorme. Para a

humanidade e para o país, fora a biodiversidade.

No Brasil, nós já desmatamos 20%. Estamos muito perto de chegar a esse limiar e isso é extremamente preocupante. Nós precisaríamos ter um governo que não só não fosse negacionista, mas que entendesse a importância da ciência, do desenvolvimento sustentável e tivesse capacidade diplomática para se articular com todos os países pan-amazônicos para a proteção da Amazônia.

Nós não só temos que reduzir fortemente o desmatamento, mas temos que voltar a plantar em várias áreas. Esse arco do desmatamento, nessa área, a estação seca já dura três semanas a mais do que o resto da Amazônia. As temperaturas médias são cerca de 2 a 3 graus acima e alguns produtores já sentem falta de água.

Então, a situação pode se tornar irreversível, prejudicando o país. E estamos vendo isso claramente no regime de água que não depende só da Amazônia, depende da circulação atmosférica, do fenômeno El Niño, mas tem um componente importante que é a Amazônia. Nós podemos recuperar, sim. Não só com ações governamentais, mas com o incentivo muito grande ao desenvolvimento sustentável da Amazônia. Precisamos que a sociedade, até os grandes capitalistas empreguem dinheiro e estimulem várias áreas usando o método que o professor Carlos Nobre chama de Amazônia 4.0 para encontrar lugares próprios ao desenvolvimento sustentável. Agora, para que possamos fazer isso é preciso que tenhamos políticos inteligentes, políticos que entendam o que é ciência e como fazer isso. Eu tenho dito que não teremos um desenvolvimento sustentável, socialmente justo e equânime no país sem políticas públicas fortemente embasadas no avanço científico e tecnológico. •

AQUECIMENTO GLOBAL: A AMEAÇA É REAL



Sob Bolsonaro, a maior floresta tropical do planeta, que já foi o pulmão do mundo – um sumidouro de carbono –, agora tem uma boa parte de sua mata bombeando mais CO₂ do que é capaz de absorver. O desmatamento segue em alta e vai a ponto máximo

No início de agosto, o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), ligado à Organização das Nações Unidas, anunciou um novo informe desmontando a tese negacionista do governo Bolsonaro e de outros ativistas, como Donald Trump, sobre o aquecimento global. O documento dá pressão extra ao Brasil, que precisará apresentar garantias para frear o desmatamento, sob pena

de sofrer sanções econômicas e perder negócios em mercados importantes, como Europa e Estados Unidos, destinos de boa parte de alimentos produzidos em território nacional.

O IPCC coloca ênfase que as mudanças climáticas experimentadas pelo mundo nos últimos 40 anos tem origem nas atividades humanas como responsáveis pelo aumento da emissão de CO₂. Eles consideram que é “extremamente provável” que a ação humana seja a causa da

destruição da camada de ozônio. Há mais de uma década, o IPCC constatou que as mudanças climáticas eram realidade. Agora, apontam que o cenário está intimamente relacionado com a atividade humana e que não se trata de um ciclo do planeta.

As inundações na Alemanha e na Bélgica, em julho, as enchentes na China, o calor no noroeste dos Estados Unidos, e o degelo no Ártico são apenas uma mostra do que está por vir. As mudanças estão aconte-

cendo com um aquecimento médio de apenas 1,1°C em relação aos níveis pré-industriais. O sexto relatório do Grupo de Trabalho I do IPCC mostra que o mundo atingirá ou excederá 1,5°C de aquecimento nas próximas duas décadas. Limitar o aquecimento a este nível e evitar os impactos climáticos mais severos depende de ações nesta década.

Apenas cortes ambiciosos nas emissões permitirão manter o aumento da temperatura global em 1,5°C, o limite que os cientistas dizem ser necessário para prevenir os piores impactos climáticos. Em um cenário de altas emissões, o IPCC constata que o mundo pode aquecer até 5,7°C até 2100 – com resultados catastróficos. E o que isso tem a ver com o Brasil? Tudo. O IPCC prevê aumento de temperaturas na América do Sul em taxas maiores que a média global, mais chuvas no sul e sudeste do Brasil, mais seca no Nordeste e aumento de seca agrícola e ecológica.

O desmatamento, mudanças climáticas e incêndios ameaçam colocar a Amazônia num caminho de uma “transformação ecológica em larga escala”, com um impacto para todo o planeta. O alerta está em um dos relatórios do IPCC. “A floresta amazônica como um repositório de biodiversidade, está ameaçada pela relação entre as mudanças no uso da terra e as mudanças climáticas, que poderia levar a uma transformação ecológica em larga escala e a mudanças biológicas a partir de um floresta úmida em floresta seca e pastagens, reduzindo a produtividade e o armazenamento de carbono”, adverte.

Desde 2019, o governo Jair Bolsonaro deu sinal verde para a destruição das matas na Floresta Amazônica, liberando o desmatamento, incentivando a minera-

ção em áreas de preservação e tornando a vida de índios e comunidades ribeirinhas um suplício. Agora, a Amazônia, a maior floresta tropical da Terra, responsável por quase um terço da floresta primária do globo, deixou de ser um dos maiores sumidouros de carbono. Parte da floresta amazônica bombeia carbono na atmosfera.

Em estudo recente publicado pela revista *Nature*, a comunidade internacional tomou conhecimento que a destruição desenfreada das florestas tropicais brasileiras está num ponto de não retorno. As árvores emitem mais carbono do que conseguem absorver. No final de 2020, o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) relatou que o desmatamento na Amazônia atingiu seu ponto máximo nos últimos 12 anos.

O desmatamento é impulsionado pela produção de carne bovina, de longe o maior agressor na batalha contra as mudanças climáticas, com a crescente demanda da população mundial por proteína – de hambúrgueres a suculentos bifés. É isso que está transformando a dinâmica do desmatamento. Parte das autoridades da União Europeia querem mudar essa trajetória. A perspectiva de um acordo de livre comércio UE-Mercosul poderia trazer benefícios globais.

As promessas vazias de Bolsonaro de salvar as florestas tropicais remanescentes são um engana trouxa. Há uma pressão crescente de ONGs para reverter a ameaça que o Brasil se tornou para o mundo. Mais de 450 organizações da sociedade civil na Europa lançaram recentemente a coligação “Stop UE-Mercosul”, apelando aos líderes de ambos os lados do Atlântico para impedir que o acordo seja ratificado. Embora seja impossível reverter a demanda do consu-

midor por carne bovina (e outras commodities), é viável produzir bens de maneiras que não contribuam para o desmatamento.

Estudo da organização sem fins lucrativos CDP descobriu que o óleo de palma, de todas as commodities de risco florestal, está tendo sucesso no combate ao desmatamento, especialmente em comparação com a carne bovina e a soja. Esse é especialmente o caso da Malásia, o segundo maior produtor mundial de óleo de palma. Lá, a indústria introduziu um esquema de certificação obrigatório, com penalidades para o não cumprimento, conhecido como Óleo de Palma Sustentável da Malásia (MSPO), que MSPO reduziu drasticamente a taxa de desmatamento do país.

Tal certificação exige que os produtores atendam aos padrões que proíbem a conversão de florestas tropicais em plantações de óleo de palma, ao lado de leis que consagram direitos e proteções trabalhistas, bem como proteções para a vida selvagem tropical. Agora, 90% dos produtores de óleo de palma da Malásia são certificados pelo MSPO.

Ativistas ambientais apontam que, como a floresta amazônica não está mais desacelerando os efeitos do aquecimento global, mas contribuindo para aumentar, a janela para reverter o quadro agora é menor e mais estreita. Faltando apenas dois meses para a Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP26), o mundo não tem tempo a perder se quiser evitar a catástrofe climática mais severa da história da humanidade. O futuro depende disto. A COP 26 acontece em Glasgow, onde líderes globais avaliarão os resultados do Acordo de Paris de 2015, um marco nas negociações internacionais sobre o clima. •

TEMPO DE PROMOVER MUDANÇAS

Hora da seguridade alimentar e ambiental, eixos contemporâneos da política agrícola. O rumo contemporâneo do agronegócio acentua a desindustrialização, o desequilíbrio ambiental e a redução da soberania alimentar

Raimundo Pires Silva

No mundo pós covid-19 além das questões de segurança sanitária desponta as de sustentabilidade dos recursos naturais (solo, biodiversidade, água e ar) e, logo, a alimentar. O último relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), organização científica da Organização das Nações Unidas (ONU), revela que o aquecimento global é uma questão inequívoca, inquestionável e irreversível do planeta.

Cada vez mais os eventos climáticos, como seca, fogo, calor, inundações e frio, acontecerão de forma acentuada e prolongada. Entre as projeções do órgão para o Brasil estão o avanço da seca no Nordeste, na Amazônia e no Centro-Oeste, além da mudança no regime das monções da Amazônia afetando as chuvas no centro-sul.

O desafio ambiental coloca a necessidade mudanças ao modo de produção de alimentos contemporâneo. A Nação precisa estar atenta aos desdobramentos internacionais e aquelas que acontecem aqui para tomar medidas de política pública.

No território rural, o desafio de conservar os recursos ambientais e produzir alimentos saudáveis se defronta com o agronegócio. A agricultura de larga escala converte a terra e os bens naturais em mercadoria, associado: 1) a degradação dos recursos dos biomas do território nacional - aproveitamento das vantagens

naturais com um sistema produtivo de alta entropia; 2) a redução da produção de alimentos saudáveis. Por outro lado, acentua a questão agrária de maneira contundente, à revelia da ocupação territorial camponesa, quilombola e indígena.

Na vereda do comércio exter-

O DESAFIO AMBIENTAL COLOCA A NECESSIDADE MUDANÇAS AO MODO DE PRODUÇÃO DE ALIMENTOS CONTEMPORÂNEO

no expande o ciclo de desperdício da abundância de divisas por meio de um câmbio apreciado e diminuta diversificação produtiva e agregação de valor, ficando à disposição da apropriação privada. Contrapondo o professor Celso Furtado, que mostrou que a abundância de commodities poderia ser revertida para o desenvolvimento de outros setores dinâmicos da economia nacional e na geração de empregos

e renda. Para o professor Bresser Pereira, apesar da agricultura brasileira ter capacidade de gerar divisas, isso não justifica que se aceite uma política de taxa de câmbio inviabilizando a indústria de transformação - "promovendo a doença holandesa".

O rumo contemporâneo do agronegócio acentua a desindustrialização, o desequilíbrio ambiental e a redução da soberania alimentar e, conseqüentemente, repõe o subdesenvolvimento e a dependência nacional no sistema econômico global. Enfim, coloca o Brasil numa crise sistêmica sem sinal de superação.

Assim, a mudança desse modo de produção rural almeja uma ação de Estado com outro conceito de economia rural. O desafio e a oportunidade de um novo governo está em compor os interesses sociais, agrários, ambientais e econômicos a transição produtiva no aparato de Estado, reconstruindo o poder público nacional, pois a dimensão pública não é somente o aparato estatal, mas também a sociedade civil.

Assim, a viabilidade desse novo pacto Estado-sociedade civil passa pelos desencadeamentos de políticas públicas para fins de promover: os investimentos público e privado, a conservação dos biomas, a inovação, o fomento fiscal e creditício, a política cambial, a produção de alimentos e commodities, a agroindústria e o comércio externo, rumo a um desenvolvimento rural sustentável, inclusivo e com soberania alimentar. •

Engenheiro agrônomo e militante do PT.

CAPA

LULA: PÉ NA ESTRADA PARA SEMEAR ESPERANÇA

Ex-presidente se reencontra com o povo em Pernambuco, no Piauí e no Maranhão, visitando líderes políticos e de movimentos sociais. Nesta semana, visita Ceará, Rio Grande do Norte e Bahia. "É possível reconstruir o nosso Brasil", afirma

Danilo Molina (Texto)
Ricardo Stuckert (Fotos)

E tempo de semear esperança, ouvir o povo e retomar o diálogo para a reconstrução do país. O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que lidera todas as pesquisas para a corrida presidencial de 2022, colocou o pé na estrada na última semana e foi ao encontro do povo brasileiro. Com uma agenda de estadista, Lula iniciou uma jornada por seis estados do Nordeste, foi recebido por líderes políticos e de movimentos sociais e organizações da sociedade civil. “É possível reconstruir o nosso Brasil”, disse Lula, levou uma mensagem de esperança e força para o povo.

Essa foi a primeira vez que Lula percorreu o país, depois de ter ficado 580 dias preso injustamente em Curitiba, como reconheceu o Supremo Tribunal Federal. O ex-presidente esperou ser vacinado para começar a caminhar pelo país e, ainda em razão da pandemia de Covid-19, teve que cumprir uma agenda com restrições sanitárias, o que não permitiu a realização de atos públicos em massa. Isso não o impediu de tratar do futuro do país e denunciar os retrocessos impostos pelo governo Bolsonaro. Por onde andou – Pernambuco, Piauí e Maranhão –, Lula reacendeu o coração das pessoas e da militância.

A jornada do ex-presidente começou por Pernambuco, sua terra natal. Lula foi recebido pelo governador Paulo Câmara (PSB), e pelo prefeito de Recife, João Campos (PSB), em um jantar no Palácios das Princesas, sede oficial do governo. Ele agradeceu a receptividade dos líderes do PSB e disse que o diálogo é importante no mo-



DISCUTINDO O FUTURO Lula no Recife, após encontro com o governador de Pernambuco, Paulo Câmara, e o prefeito do Recife, João Campos, ambos do PSB (1). E em Teresina, visitando escola com o governador do Piauí, Wellington Dias (PT), onde fez a defesa do ensino público para todos

mento em que o país está perdido e sem rumo, com Bolsonaro se descuidando do povo e colocando a Nação à beira do abismo. A caravana da esperança de Lula prossegue até 26 de agosto, quinta-feira. As próximas paradas são no Ceará, no Rio Grande do Norte e na Bahia.

Ainda em Pernambuco, Lula colocou na pauta a importância da agricultura familiar e do combate à fome, em visita ao assentamento rural do MST no município de Moreno. “Quando tomei posse em 2003 muita gente achou que eu ia fazer um discurso revolucionário... Eu fui

lá e disse: ‘Se ao final do meu mandato cada brasileiro puder tomar café da manhã, almoçar e jantar, terei cumprido a missão da minha vida. Comer é sagrado. Eu sei o que é uma mãe não ter um leite pra dar pro filho. E enquanto tem gente fazendo turismo no espaço, milhões de pessoas morrem de fome no mundo, sobretudo crianças. Isso é inadmissível. Não existe explicação pra tanta gente passando fome no Brasil”, disse.

“Se o pequeno produtor tiver incentivo do Estado, esse país jamais passará fome. Quando estávamos no governo a agricultura

familiar tinha preferência”, lembrou. “Criamos uma dezena de programas com trabalhadores rurais, como o PAA. Não só pra garantir a produção, mas também distribuição. A gente tem que lembrar sempre que o grande exportador do agronegócio não come o que ele produz. Quem produz o que vai pra mesa dele é o pequeno e o médio produtor brasileiro. E essa gente precisa ser valorizada”.

Lula participou, ainda, de um encontro com representantes dos movimentos sociais e dos povos indígenas no Recife. Depois de apresentações culturais e manifestações artísticas, ele fez um discurso em defesa da política e condenou as agressões sofridas por militantes e movimentos progressistas, em razão da escalada autoritária do governo Bolsonaro.

“Eu pensei que tinha cumprido a missão da minha vida quando conseguimos tirar o Brasil do Mapa da Fome. Pensei que a minha trajetória de luta tinha acabado”, ressaltou. “E foi então que eu aprendi uma coisa: um ser humano que tem uma causa só para lutar quando ele morrer”. Lula defendeu que não tem o direito de se aposentar, nem de ficar quieto e nem de carregar ódio e que o PT tem a obrigação de voltar a governar o Brasil.

No Piauí, a Caravana da Esperança desembarcou em Teresina, onde o ex-presidente participou com o governador Wellington Dias (PT) de um ato com estudantes. No Centro de Educação em Tempo Integral (CETI), no bairro Pedra Mole, na zona leste da capital piauiense, Lula defendeu a educação como um dos caminhos para a erradicação da fome.

Ele destacou o legado dos governos petistas na educação e recordou que foi ao Piauí em 1980 numa caravanas. Disse que



POVOS DA FLORESTA Lula no Recife, com representantes de comunidades indígenas, denunciou o descaso de Bolsonaro com os povos originários

o estado era visto como o mais pobre e tratado de forma pejorativa, mas destacou que Wellington promoveu uma revolução. “Este estado, que há 40 anos era sinônimo de pobreza, de desemprego, de evasão escolar, de desnutrição e de mortalidade infantil, é hoje um dos que mais crescem economicamente e que tem uma das melhores qualidades de ensino, da creche à universidade”, lembrou.

Também ganhou destaque no ato em defesa da educação a fala do jovem Natanael Alves Dias, que era criança quando o

Bolsa Família chegou à cidade dele, Guaribas, no interior do estado, e o ajudou a vencer a fome. “Eu fui beneficiado pelo Bolsa Família, depois entrei na escola integral do governo do estado e entrei na universidade pelo Enem e com bolsa do ProUni. Então, sou filho da revolução social que o governo do PT representa”, contou.

Ainda no Piauí, Lula fez uma visita a um centro de reabilitação de pessoas acometidas pela Covid-19. Ele lamentou o fato de não existir nenhuma iniciativa do governo federal para o trata-



EM DEFESA DA VIDA Com o governador Flávio Dino (PSB), o ex-presidente acompanhou a vacinação de trabalhadores da construção civil em São Luís

mento pós-Covid, após ser informado pelo governador de que, além dos três centros existentes no Piauí, há apenas outros cinco no país, todos feitos com recursos estaduais.

“Por favor, mostrem para o Ministério da Saúde que é possível fazer. Ninguém deve morrer antes do tempo e é função do Estado impedir que isso aconteça”, disse. “Já deveria haver pelo menos um centro desses em cada capital do país”, indignou-se Lula, diante da falta de ação do governo Bolsonaro.

Apesar da pandemia já ter viti-

mado mais de 570 mil brasileiros, Bolsonaro não visitou nenhum centro de reabilitação de doentes. Mais que isso, o presidente da República segue boicotando o uso de máscaras e negando todas as medidas sanitárias recomendadas pela medicina baseada em evidências científicas para evitar a propagação do vírus.

No Maranhão, Lula desembarcou em São Luís na quarta-feira, 19, e foi recebido já no aeroporto pelo governador Flávio Dino (PSB). Em terras maranhenses, o ex-presidente recebeu o título de Guardiã dos Territórios In-

dígenas, além de uma lança, um capacete e um colar indígena, símbolos de honra para os povos originários do Brasil. “Uma árvore em pé hoje é mais importante do que 60 pés de cana. É muito mais lucrativo. para o Brasil, para os indígenas e para toda a humanidade do que qualquer quantidade de soja”, disse.

Junto com Dino, o ex-presidente também acompanhou a vacinação da segunda dose dos trabalhadores da construção civil. Ali, falou sobre a importância do uso da máscara e do isolamento social para combater a pandemia, que já vitimou 570 mil brasileiros. Vidas perdidas pela negligência do governo federal e que, em sua maioria, poderia ter sido evitada. “A vacinação deveria ser obrigatória. É como a mãe que insiste pro filho tomar remédio e ele não quer”, lembrou Lula. “Ela insiste porque quer que o filho melhore. Eu já tomei duas doses, se falarem da terceira, tomo de novo. Eu acredito tanto na ciência que se precisar tomo vacina até na testa”, brincou.

Outro compromisso de Lula no Maranhão foi um encontro com movimentos sociais. “Nunca imaginei que depois dos avanços que tivemos na Constituição de 1988, a gente voltaria a uma situação de anomalia democrática”, lamentou. “Todos nós temos que refletir se em algum momento nós tivemos responsabilidade pelo que está acontecendo.

O ex-presidente avalia que oposição ainda não conseguiu mostrar à população que uma situação como esta, de ameaça de volta a uma ditadura, não é normal. Ao final do encontro com representantes de movimentos sociais, Lula disse que não acredita que a Câmara votará o impeachment de Bolsonaro e que o ex-capitão terá que ser tirado da Presidência pelo povo. •



Ricardo Stuckert

RESISTÊNCIA JOVEM E NEGRA

É Lula quem tem a ampla preferência dos votos da juventude e da população negra, enquanto Bolsonaro amarga uma repulsa acima da média nestes segmentos da população

Jordana Dias Pereira

Nas últimas semanas, o Núcleo de Opinião Pública, Pesquisas e Estudos da Fundação Perseu Abramo (Noppe) apresentou na Focus estudos sobre a evolução da opinião pública no que diz respeito à avaliação do governo Bolsonaro e à intenção de voto. Já demonstramos que está entre os moradores da região Nordeste, entre as mulheres e as pessoas de mais baixa renda a maior rejeição ao governo Bolsonaro.

É possível antever aqui a evo-

lução da opinião nos segmentos de jovens (de 16 a 24 anos) e negros (soma dos pretos e pardos, conforme categorias usadas pelo IBGE). Utilizaremos as pesquisas do Datafolha, que publica os dados de segmentos por raça/cor e com o recorte de idade entre 16 e 24 anos.

Como se pode notar no gráfico 1, desde fevereiro de 2020 os jovens de 16 a 24 anos (representados pela linha amarela) e os negros (representados pela linha vermelha) apresentam rejeição acima da média total da população (em linha azul).

Ainda que, ao longo do perí-

odo de um ano e meio – de fevereiro de 2020 a julho de 2021 –, as curvas tenham se aproximado – mostrando aumento da rejeição da população como um todo –, a diferença entre a avaliação geral e dos negros é bastante significativa.

Em agosto de 2020, por exemplo, enquanto 48% da população negra já se mostrava bastante crítica em relação ao governo, entre a população geral, apenas 34% avaliavam Bolsonaro como ruim e péssimo – uma diferença de 14 pontos percentuais.

Está entre os mais jovens, também, os maiores níveis de oposi-

ção em relação ao governo Bolsonaro. Quando perguntados pelo DataFolha se, no caso da compra de vacinas contra a Covid-19, o presidente sabia ou não das suspeitas de corrupção, 72% dos jovens dizem que sim. Na população com mais de 60 anos, esse número cai para 55%. Uma diferença de 17 pontos percentuais.

A maior reprovação e desconfiança em relação a Bolsonaro entre esses segmentos parece se converter em intenção de voto no ex-presidente Lula. Dois gráficos mostram a evolução da intenção apresentada pelos institutos Atlas, DataFolha e IPEC (ex-IBOPE) entre a população jovem e preta.

Como se nota no gráfico 2, o pré-candidato petista apresenta larga vantagem em relação a Bolsonaro. É o IPEC de junho de 2021 que dá maior vantagem a Lula. Nesta pesquisa, entre a população de 16 a 24 anos, Lula tem 53% da intenção de voto e chega a abrir 36 pontos percentuais à frente do atual presidente - que atinge apenas 17%.

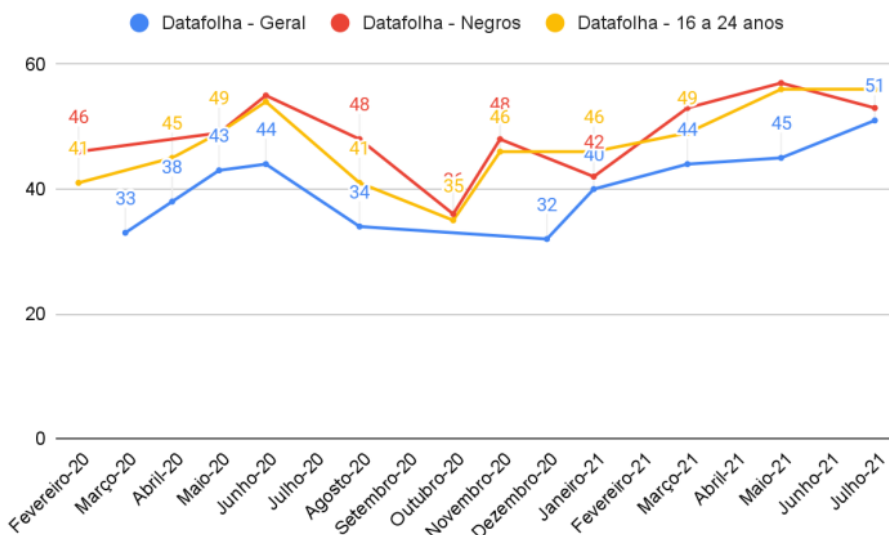
Já o último DataFolha (que foi a campo no início de julho), trouxe Lula com 49% das intenções, o que representa uma vantagem de 29 pontos em relação a Bolsonaro - que atinge apenas 20%.

A mesma tendência é notada quando observamos o recorte de raça/cor preta. No DataFolha de julho, 57% dos que se declaram pretos demonstram intenção de votar em Lula. Na mesma pesquisa, Bolsonaro apresenta apenas 19% da intenção de voto. Uma diferença de 38 pontos percentuais.

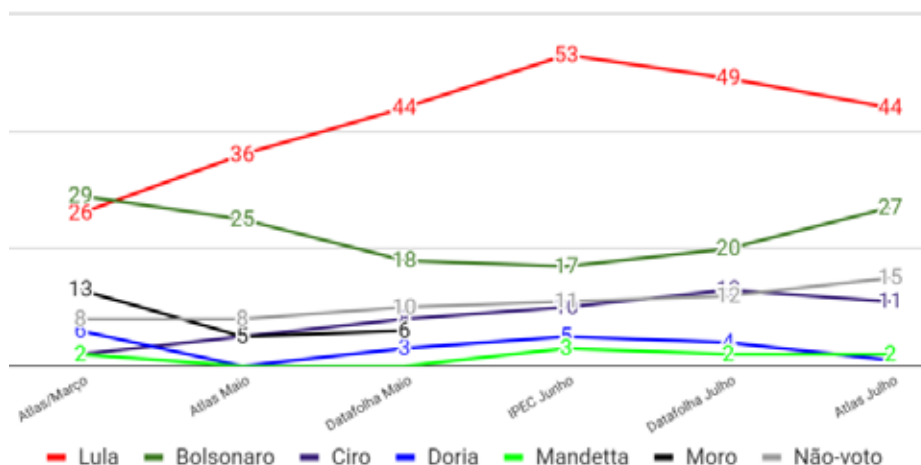
Os outros candidatos (Ciro Gomes, João Dória, Luiz Henrique Mandetta e Sérgio Moro) desempenham mal entre a população preta e jovem, não atingindo - em quase todo o período - nem dois dígitos na intenção de voto. •

Mestra em sociologia pela UFSCAR, é coordenadora do NOPPE da Fundação Perseu Abramo

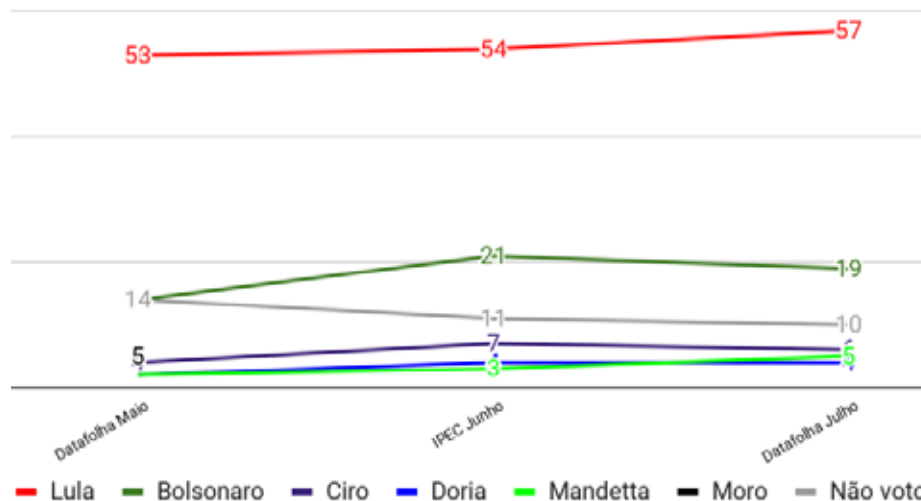
Avaliação negativa do governo Bolsonaro Entre negros e jovens



Candidato a presidente no 1º turno Entre jovens com idade de 16 a 24 anos



Candidato a presidente no 1º turno Entre eleitores negros





A NOVA ONDA DO NÉSCIO

Bolsonaro mantém a claque em êxtase ao sinalizar – mais uma vez – um ‘contragolpe’. Mas, ao arreganhar os dentes para o STF, enquanto assiste ao desembarque do agronegócio e outra parcela dos empresários, leva uma invertida. Embora tenha pedido o impeachment do ministro Alexandre de Moraes, do STF, ampliando a crise, a manobra pode ampliar seu isolamento político no Brasil e no exterior

Mais uma semana de ameaças, recuos, esbirros autoritários e a palavra que não sai da cabeça dos generais de pijama, conservadores e do gado: o autogolpe. O presidente Jair Bolsonaro não se emenda. Acuado pela CPI da Covid, envolto numa nuvem de corrupção que não se dissipa à medida que ganha mais densidade as investigações que avançam contra seu governo e também à própria família, o capitão açula a claque uma vez mais com a expressão que o fascibolsonarismo ama: “intervenção militar constitucional”.

Ao longo da semana, imprensado pela perda de popularidade crescente e os sinais de que o PIB vai abandoná-lo de vez, tendo em vista à impossibilidade de re-

eleição, o presidente se escorou numa ameaça de contragolpe, diante do isolamento político no Congresso e no Judiciário, e redobrou a aposta no impasse institucional: pediu ao Senado a abertura de impeachment contra o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal, relator do inquérito que apura os ataques do bolsonarismo à democracia e às instituições.

Na tarde de sexta-feira, 20, Bolsonaro formalizou a ameaça de impeachment contra Moraes e sinalizou que repetirá nos próximos dias um outro pedido para a abertura de processo contra o presidente do Tribunal Superior Eleitoral, ministro Luís Roberto Barroso, que também integra o STF. Além da destituição do cargo, Bolsonaro quer o afastamento dos dois magistrados de suas funções pú-

blicas pelos próximos oito anos.

Moraes incluiu Bolsonaro entre os investigados no inquérito das fake news após o presidente se meiar a dúvida sobre o processo eleitoral brasileiro, questionando a segurança da urna eletrônica e apontando risco de fraude nas eleições presidenciais de 2022. O presidente, que já no ano passado foi para frente do quartel do Exército em manifestação pelo fechamento do Supremo e a decretação de um novo AI-5 – o mais duro instrumento de arbítrio adotado pela ditadura militar em 1968 para perseguir opositores do regime e que suspendeu o habeas corpus – acusa os dois ministros da Suprema Corte de “jogar fora das quatro linhas da Constituição”.

Imprensado pela manobra do Planalto, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG),

disse que vai examinar o pedido, voltou a colocar panos quentes, ao pedir “maturidade política”, apontando que o episódio “há de ser superado” e que buscará a “pacificação” entre os poderes. Pacheco foi eleito com apoio de Bolsonaro e é chamado por veteranos da imprensa, como o decano Janio de Freitas, de “bolsonarista enrustido”.

Na sexta-feira, ao saber da iniciativa do Chefe do Estado brasileiro, Pacheco deu declarações protocolares. Apesar de adiantar que não vê critérios para o impeachment tanto de ministros do Supremo quanto do próprio presidente da República, limitou-se a prometer que vai se debruçar sobre o pedido apresentado pelo Chefe do Estado.

O Supremo não teve a mesma fleuma. Em nota oficial, a corte repudiou a apresentação do pedido de impeachment contra Moraes. O STF ressaltou que o inquérito cujas decisões são questionadas por Bolsonaro – o que apura disseminação de fake news e ataques a autoridades – já foi chancelado pelo próprio plenário. “O Estado Democrático de Direito não tolera que um magistrado seja acusado por suas decisões, uma vez que devem ser questionadas nas vias recursais próprias, obedecido o devido processo legal”, apontou.

Na imprensa internacional, o francês *Le Monde* destacou no sábado, 21, o inusitado pedido de Bolsonaro. “As acusações do presidente contra o sistema eleitoral surgem quando ele está em um momento ruim devido a uma clara erosão de sua popularidade e, em particular, à sua má gestão da crise diante do coronavírus”, resume. “O presidente brasileiro vem perdendo nas urnas há várias semanas em grande parte contra seu inimigo jurado, o ex-presidente de esquerda Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010)”.

Em despacho distribuído ain-

da na sexta-feira, 20, a Associated Press destacou que Bolsonaro se irritou com as decisões do tribunal superior desde o início da pandemia. “Foi quando os juízes determinaram que prefeitos e governadores – e não apenas o presidente – têm jurisdição para impor restrições para retardar a propagação do vírus”, diz o texto, replicado em vários jornais no exterior, incluindo o influente *Washington Post*.

O SUPREMO REAGIU COM DUREZA: “O ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO NÃO TOLERA QUE UM MAGISTRADO SEJA ACUSADO POR SUAS DECISÕES”

“Ultimamente, a rixa chegou ao auge com o presidente sendo alvo de duas investigações decorrentes de seus ataques implacáveis à integridade do sistema de votação eletrônico do país”, aponta a AP. Outra agência de notícias internacional de amplo alcance global, a Reuters, destacou que a investida de Bolsonaro contra Moraes vai aprofundar a crise entre o Palácio do Planalto e o Supremo Tribunal Federal.

O líder da Minoria no Senado, Jean Paul Prates (PT-RN), reagiu à investida de Bolsonaro contra a Suprema Corte. “Mais uma cortina de fumaça do presidente para es-

conder os desastres de seu governo”, criticou. “O pedido de impeachment do ministro Alexandre de Moraes protocolado por Bolsonaro é uma farpa que não irá atingir nossas instituições”.

Na sexta, o presidente se fez de sonso. “Engraçado, quando eu entro com uma ação no Senado, fundado no artigo 52 da Constituição, o mundo cai na minha cabeça”, disse, para em seguida assumir papel de vítima. “Quando uma pessoa em um inquérito no fim do mundo me bota lá ninguém fala nada. Não é revanche. Cada um tem que saber o seu lugar, a forma de viver em paz e harmonia, se cada um respeitar o próximo e souber que tem um limite, o limite é a nossa Constituição”, disse o capitão.

A dureza da nota do STF, distribuída ainda na noite do dia 20, mostra que a corda tende a se manter esticada pelas próximas semanas. “O Supremo Tribunal Federal, neste momento em que as instituições brasileiras buscam meios para manter a higidez da democracia, repudia o ato do excelentíssimo Senhor Presidente da República, de oferecer denúncia contra um de seus integrantes por conta de decisões em inquérito chancelado pelo Plenário da Corte”, diz o texto.

A formalização do pedido de impeachment de Alexandre de Moraes ocorre no dia em que a Polícia Federal cumpriu mandados de busca e apreensão em endereços do cantor Sérgio Reis e do deputado Otoni de Paula (PSC-RJ), aliados do presidente. As medidas foram solicitadas pela Procuradoria-Geral da República e autorizadas por Moraes. Bolsonaro reclama do fato do ministro do STF ter acolhido a notícia-crime do TSE e ter decidido investigá-lo por suposto vazamento de dados sigilosos de inquérito da Polícia Federal sobre invasão hacker à corte eleitoral em 2018. •

AS VIVANDEIRAS DE QUARTEL

Alessandro Dantas

O termo “vivandeiras de quartel” foi um epíteto cunhado pelo marechal Castelo Branco – o principal líder militar do Golpe de 1964 – para designar os civis que batiam às portas dos quartéis pedindo a instauração da ditadura e a deposição de Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek e João Goulart.

Elas voltaram. Liderados pelo deputado cassado Roberto Jefferson (PTB-RJ), o pastor Silas Malafaia, o ex-senador Magno Malta (PTB) e o cantor sertanejo Sérgio Reis, um grupo de saudosos da ditadura, demonstrando completo desprezo pela democracia e pelas leis, ataca as instituições, em especial o Supremo Tribunal Federal. Todos pregam o fechamento do STF, a destituição dos ministros e a instalação de um “regime de força”. Reis agora é alvo de inquérito na corte,

O Supremo reagiu às provocações e ameaças. Dado o caráter autoritário, negacionista e preconceituoso do bolsonarismo, as vivandeiras esperam alcançar o apoio das ruas. A resistência do TSE para a volta do voto impresso e a derrota da proposta na Câmara não arrefeceu o ímpeto dos golpistas. Está marcada para o início de setembro manifestações organizadas por setores reacionários e do agronegócio.

Mas a iniciativa provocou um “racha” no agronegócio. O empresário Blairo Maggi, um dos maiores produtores de soja do mundo desautorizou a Abrasoja a falar em nome do setor. “O Galvan fala como se o setor inteiro do agronegócio e da soja assinasse embaixo de suas posições. E isso não é verdade”, declarou. •



SOB SUSPEITA Informe extraoficial elaborado por Alexandre Marques, auditor do TCU, foi encaminhado pelo pai ao presidente Jair Bolsonaro

BOLSONARO FALSIFICOU DOCUMENTO

Dados falsos sobre número de mortes por Covid-19 em 2020 foram usados por Bolsonaro como se fossem do TCU. Fraude para dar aparência de oficial a informe negacionista forjado por funcionário filiado ao DEM

A CPI da Covid encontrou novos indícios de novo crime cometido por Jair Bolsonaro durante a pandemia. Na terça-feira, 17, a comissão tomou o depoimento do servidor Alexandre Marques, auditor do Tribunal de Contas da União (TCU), responsável pela elaboração de um documento usado por Bolsonaro para demonstrar, com dados falsos, que as mortes oficiais por Covid-19 no país em 2020 foram supernotificadas em pelo menos metade dos números.

Marques confirmou que um rascunho de relatório foi enviado pelo seu pai, o coronel reformado do Exército Ricardo Marques – amigo pessoal de Bolsonaro –, ao Palácio do Planalto. À CPI, o auditor não conseguiu convencer os senadores de que desconhecia que o informe, divulgado por Bolsonaro como um relatório oficial do TCU, seria enviado ao Planalto.

Bolsonaro apresentou à im-

prensa o documento adulterado como se fosse um relatório oficial do TCU. Segundo o servidor, o documento enviado ao pai não continha menção que levasse à interpretação de que tratava-se de um documento do tribunal. Marques responde a um procedimento administrativo disciplinar. “Fui pego de surpresa”, disse.

Ele enviou o relatório ao pai mesmo depois de os auditores do tribunal chegarem à conclusão de que seria impossível um conluio nacional para manipular o número de óbitos por Covid-19. A ideia de Marques para a confecção do informe foi, portanto, descartada antes mesmo de chegar à fase de execução. Daí a dificuldade de os senadores acreditarem que o envio do arquivo ocorreu sem uma conversa sobre o conteúdo e o contexto de sua elaboração.

Marques seguiu a narrativa negacionista de Bolsonaro de que os números de mortes por Covid foram inflados para que estados

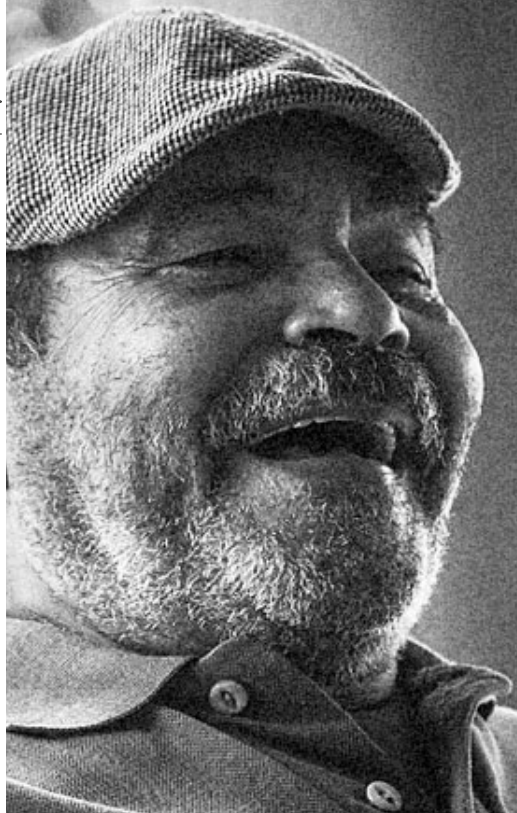
e municípios pudessem receber mais recursos da União. A conclusão, entretanto, não é confirmada por nenhum indício de manipulação ou alteração dos dados sobre o número de óbitos no país. Especialistas alertam que o Brasil está entre as nações suspeitas de subnotificações de casos de Covid, já que há baixa testagem e muitos dos óbitos registrados no início da pandemia foram feitos como se as vítimas tivessem sucumbido por síndrome respiratória aguda grave. Além disso, o governo nunca foi obrigado a promover repasses maiores.

O senador Humberto Costa (PT-PE) reforçou as suspeitas de que as alterações no documento original de Alexandre Marques foram feitas dentro do Palácio do Planalto, como a inclusão do selo do TCU. Para o parlamentar, houve uma tentativa de colocar em dúvida o número de mortos por Covid-19 para alterar repasses de recursos da União a estados e municípios a partir de uma eventual redução das vítimas. "O objetivo era reforçar o discurso negacionista do presidente, que dizia "não está morrendo tanta gente assim", criticou.

Humberto lembrou que é obrigação dos servidores do TCU manter neutralidade no exercício profissional, sem apegos ideológicos ou partidários, assim como a manutenção de sigilo de relatórios, o que não foi o caso de Marques. Ele admitiu ser filiado ao DEM. "Essa decisão impensada poderia ter gerado um conflito interfederativo grave, colocando prefeitos e governadores em conflito com o governo federal", advertiu o senador.

"Além do conflito, essa informação [do relatório] poderia contribuir negativamente para o enfrentamento à pandemia. É um dos crimes do Código Penal: disseminação de pandemia, não adoção de medidas sanitárias em pandemia", elencou. • **Agencia PT**

Arquivo



O BRASIL PERDE MANOEL DA CONCEIÇÃO E ANNA PELIANO

Dois brasileiros símbolos da luta por um Brasil mais justo e solidário faleceram na semana que passou. O país perdeu Manoel da Conceição, líder dos trabalhadores rurais no Maranhão, e a socióloga Anna Peliano, uma das mães do programa Bolsa Família.

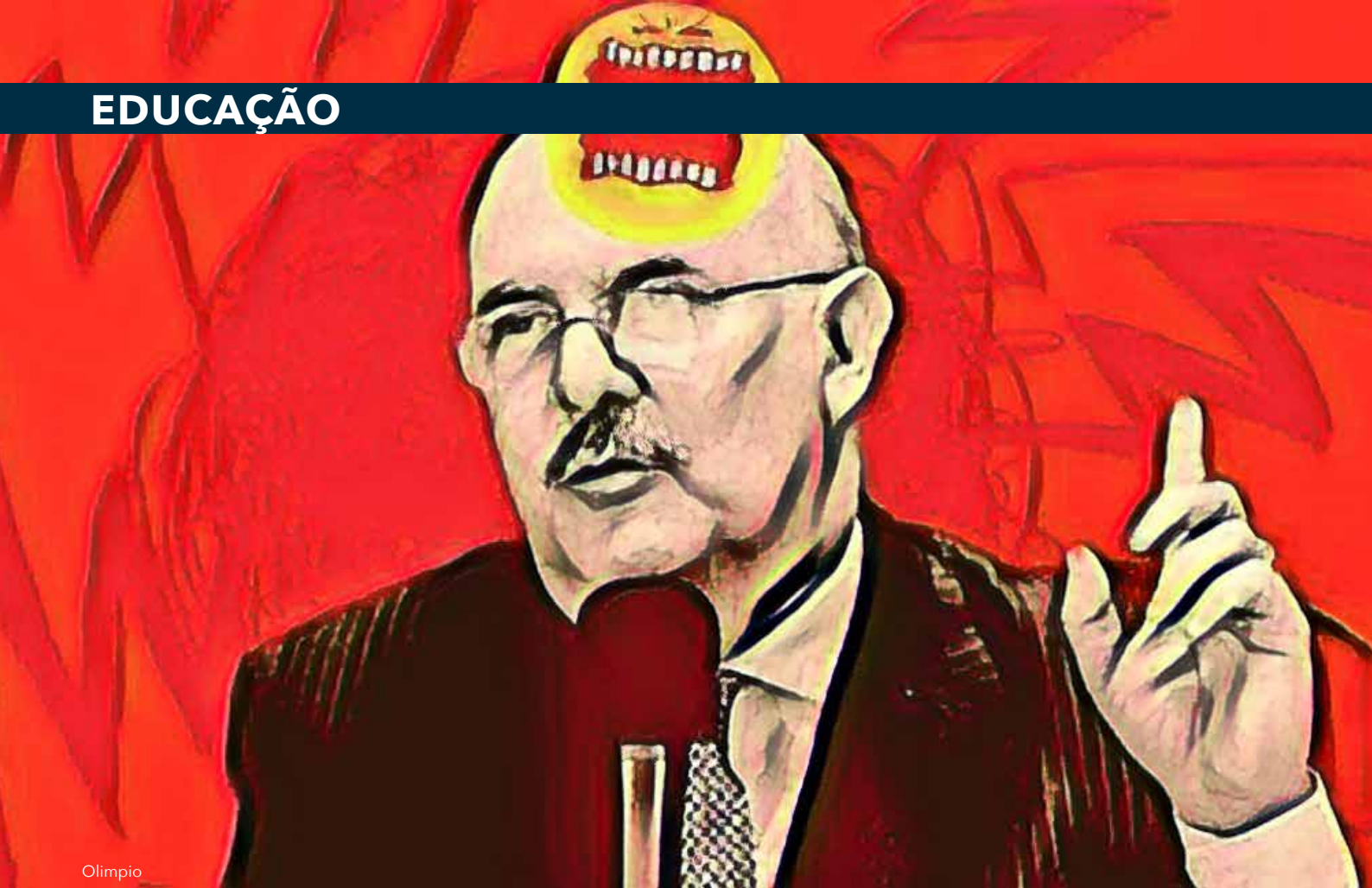
Manoel nasceu em 1935, em Coroatá, no Maranhão, filho de lavradores. Desde muito jovem, insurgiu-se contra as desigualdades sociais e a perseguição de grileiros e ladrões de terras públicas no nordeste brasileiro. Em 1963, ingressou no Movimento de Educação de Base (MEB), onde tornou-se monitor.

Em fevereiro de 1964, foi eleito presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pindaré-Mirim. Com o Golpe de 1964, é ferido e preso, perde uma de suas pernas. Preso político por três anos, exilou-se em Genebra, na Suíça, de onde voltou em 1979 para participar

do movimento que deu origem ao Partido dos Trabalhadores e à Central Única dos Trabalhadores (CUT). Ele morreu em Imperatriz (MA), vítima de uma broncopneumonia.

Em Brasília, Anna Peliano faleceu aos 73 anos. Funcionária do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea) por 37 anos, ela foi coordenadora do Núcleo de Estudos da Fome, da UnB, e uma das mentoras do Mapa da Fome, que serviu de subsídios para a campanha de Herbert de Souza, o Betinho, em 1993.

Anna coordenou o programa "Comunidade Solidária", no governo de Fernando Henrique Cardoso e foi diretora de estudos sociais no IPEA, nos governos Itamar e Lula. Ela contribuiu decisivamente na formulação e implantação do vitorioso programa "Bolsa Família". Deixa um legado de lutas em defesas dos pobres brasileiros. A socióloga lutava contra um câncer. •



Olimpio

RETROCESSO JAMAIS VISTO NO ENSINO SUPERIOR

Bolsonaro reduz orçamento e, agora, persegue reitores das universidades. Ao desprezar potencial de jovens e condenar uma geração ao abandono e à desesperança, o Brasil caminha célere para um quadro de desigualdade social sem volta

Jesualdo Farias

De 2003 a 2015, foram criadas no Brasil 18 universidades federais e 173 campi universitários, incluindo 176 municípios na matriz da educação superior pública federal. As 550 mil novas matrículas na graduação e as 95 mil na pós-graduação, resultaram em aumento

de 116% no total de estudantes. Ressalta-se que esta expansão, ao contrário do que preconizavam os críticos, não causou queda de qualidade. Ao contrário, o ensino de graduação e pós-graduação avançou em todos os índices de avaliação do INEP e da CAPES. No âmbito internacional, as universidades federais também tiveram avanços significativos nos rankings mais importantes.

No mesmo período, foi criada a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, com 38 Institutos Federais, abrangendo 643 campi em 568 municípios. Com mais de 1 milhão de matrículas, o sistema também mais do que duplicou a quantidade de estudantes. É importante ressaltar que as duas instituições de educação são complementares para a formação de profissionais capa-

citados para enfrentar os complexos desafios do processo de desenvolvimento sustentável.

Para dar complementariedade e sustentabilidade à expansão do ensino superior, foram criados programas que revolucionaram a educação brasileira e contribuíram para a melhoria da qualidade de vida da população.

Destacam-se a Universidade Aberta do Brasil (UAB), o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), o Programa de Extensão Universitária (ProExt), o Bolsa Permanência, o Programa Universidade para Todos (Prouni), o Mais Médicos, o Ciência sem Fronteiras, o Idioma sem Fronteiras, a Lei das Cotas, o Plano Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes), o Mais Cultura, o SiSu e o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), que transformou-se na porta de acesso para o ensino superior e para os principais programas do MEC.

Tais políticas de acesso, inclusão e permanência transformaram uma universidade elitista e concentrada nas grandes cidades em uma nova universidade, presente no interior do país, com visível diversidade e aberta aos jovens egressos da escola pública e das classes econômicas historicamente excluídas da educação superior. Este processo resultou também na redução das assimetrias entre unidades da federação e dentro de cada uma delas, fomentando o desenvolvimento regional com base na educação e no conhecimento.

Os primeiros impactos destas políticas puderam ser verificados já em 2014. Naquele ano, 35% dos concludentes foram os primeiros da família a entrar em uma instituição de ensino superior. No mesmo ano, 65% dos estudantes que concluíram o nível superior pertenciam a famílias com renda mensal de até 4,5 salários mínimos – R\$ 4.950.



AS UNIVERSIDADES FEDERAIS SÃO O ALVO CENTRAL DOS ALGOZES DA EDUCAÇÃO E DO CONHECIMENTO

De acordo com estudos realizados pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), mais da metade dos estudantes das universidades federais têm renda de até 3 salários mínimos – R\$ 3,3 mil – e mais de 60,0% têm renda de até cinco salários mínimos – R\$ 5,5 mil. Outro dado importante, que reflete o sucesso das políticas de inclusão, é que 65,0% dos estudantes matriculados nas universidades federais são egressos da escola pública.

A partir de 2016, com o golpe contra a presidente Dilma Rousseff, que culminou com a eleição de Bolsonaro, iniciou-se o desmonte das políticas públicas exitosas implantadas nos governos Lula e Dilma, para dar espaço a uma agenda ultraneoliberal com reformas desastrosas que mergulharam o país em uma das mais graves crises social e política da sua história.

Ao declarar publicamente que a universidade não deveria ser para todos, o atual ministro da Educação indica qual é o compromisso do governo Bolsonaro com os mais de 47 milhões de jovens matriculados no ensino básico. Enquanto isso, Lula encontrava-se com o jovem Fred Ramon dos Santos de 20 anos, pernambucano e filho de uma faxineira, aprovado em nove universidades americanas. Infelizmente, a falta de um programa como o Ciência sem Fronteiras, implantado no governo Dilma, poderá impedir que o jovem nordestino realize o seu sonho de estudar no exterior.

Neste contexto, as universidades federais são o alvo central dos algozes da educação e do conhecimento. O que observa-se neste curso é a redução do seu orçamento, a perseguição a reitores, professores, servidores técnico-administrativos e estudantes. As universidades vêm sendo alvo da mais agressiva investida contra a sua autonomia desde a criação da Universidade do Rio de Janeiro, em 7 de setembro de 1920.

Para atingir a meta 12 do Plano Nacional de Educação, o Brasil precisará ter 11,3 milhões de estudantes na educação superior em 2024. Deverão ser garantidas cerca de 3 milhões de novas matrículas, das quais pelo menos 700 mil nas universidades federais. No ritmo atual, serão necessários mais de 20 anos para garantir que pelo menos um terço dos jovens de 18 a 24 anos estejam na educação superior.

Assim, ao desprezar o potencial de seus jovens e deliberadamente condenar toda uma geração ao abandono e à desesperança, o Brasil caminha célere para um quadro de desigualdade social sem volta. •

Professor aposentado, foi reitor da Universidade Federal do Ceará, secretário da SeSu/MEC e presidente da Andifes.



Sérgio Amaral

BOLSONARO ABANDONA O POVO

População rural é a maior prejudicada com a medida provisória do governo federal que cria o Auxílio Brasil e condiciona benefício a doação de alimentos. Governo erra e, pior, arrisca aumentar a fome, ameaçando ainda destruir a agricultura familiar

A Medida Provisória 1061 acabou com o Bolsa Família e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), dois ícones das políticas públicas que se tornaram referência mundial na redução da pobreza e no combate à fome. No lugar dos programas que estavam funcionando, surgem propostas mal elaboradas e com funcionamento e recursos incertos.

A população rural, que já vinha sofrendo com o desmonte das políticas públicas para a agricultura familiar, será excluída do auxílio emergencial e dificilmente será beneficiada efetivamente no Programa Auxílio Brasil ou no Programa Alimenta Brasil.

No caso do Programa Auxílio Brasil, o único benefício novo previsto para a população rural na MP é o Auxílio Inclusão Produtiva Rural, que de inclusão não tem nada e está mais para exploração produtiva rural.

Do que se consegue entender da mal elaborada proposta, está previsto um incentivo à produção, consumo e doação de alimentos saudáveis. O suposto incentivo não tem valor definido e seria repassado para as famílias de agricultores que estejam entre os beneficiários do Auxílio Brasil.

Aí começa a confusão. Isso porque a MP prevê uma contrapartida da família agricultora beneficiária na forma de doação de alimentos, que deve começar já a partir do terceiro mês. Caso contrário, ela pode perder o auxílio mensal. Tal contrapartida pode ser considerada ilegal, posto que exige a doação de um produto a partir do recebimento de um benefício. Ou seja, o governo exige uma contraprestação ao recebimento do benefício, gerando insegurança jurídica já na partida do programa.

Percebe-se que quem elaborou a medida não entende nada de agricultura, dos ciclos agrícolas, do tempo para preparar a terra, plantar, cuidar do cultivo, colher e dispor do alimento para o consumo, venda ou doação.

Em três meses, é impossível receber o benefício, que não se sabe ao certo qual será o valor repassado, e aumentar a capacidade produtiva a ponto de estar em condições de melhorar a segurança alimentar e ainda gerar excedentes para doar ao governo para atender outras famílias vulneráveis. A falta de conhecimento sobre agricultura e a incompetência do governo Bolsonaro são flagrantes porque pouquíssimas culturas tem um ciclo de produção igual ou menor que três meses.

Na vida real, a família agricultora que quiser continuar a receber o incentivo terá que tirar da própria mesa para doar os alimentos, uma vez que o governo federal ameaça a família com a exclusão do programa.

Além disso, o texto da MP coloca nas costas dos beneficiários a obrigação de comprovar as doações, exigindo de agricultores familiares capacidades que eles não têm de guardar documentos por até cinco anos e que serão exigidos pelos burocratas sabe-se lá quando. Um risco grande de criminalização da agricultura familiar, como já visto outras vezes nesse tipo de operação.

A MP traz ainda a proposta do Programa Alimenta Brasil, que viria no lugar do consagrado e famoso PAA, copiado mundo afora pela sua fórmula simples e eficaz.

A grande virtude do PAA é fortalecer a agricultura familiar, comprando alimentos produzidos por ela, e destinar estes alimentos para atender as necessidades da Rede Socioassistencial de Estados e Municípios. Ou seja, o mesmo recurso que compra alimentos da agricultura familiar, gerando renda

no campo, ajuda a matar a fome e garantir a segurança alimentar de crianças, idosos e famílias vulneráveis atendidas pelo Sistema Único de Assistência Social, gerando um círculo virtuoso.

O novo Programa Alimenta Brasil é uma cópia malfeita do PAA, com trechos copiados de decretos dos governos Dilma e Lula, somados de trechos das leis anteriores que davam segurança jurídica para o funcionamento do programa.

O atual formato traz incertezas em relação a gestão e funcionamento do programa, além de ampliar brechas para o uso político dos alimentos adquiridos, dado o enfraquecimento da participação da Rede de Assistência e Proteção Social visto em toda a MP.

A MP sequer define o ministério que será responsável pelo programa e nem tão pouco quem integrará o grupo responsável pela sua gestão.

Recomenda-se revogar a criação do Programa Alimenta Brasil e reinstaurar o PAA, que tem instrumentos mais que suficientes para ajudar a combater a fome e fortalecer a agricultura familiar. O programa precisa de recursos, que vêm sendo cortados sistematicamente nos últimos anos.

A mesma recomendação é feita quanto ao incentivo para inclusão produtiva rural. O Brasil já dispõe de instrumentos para promover a inclusão produtiva no meio rural e que estão sem recursos para o seu funcionamento.

As medidas do governo Bolsonaro são demagógicas, ineficazes e sem perspectiva alguma de contribuir para a melhoria das condições de vida e produção da população rural em geral e da agricultura familiar, indígena e quilombola em particular. •

Economista, foi secretário nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome entre 2013 e 2016



Olimpio

A DESCONSTRUÇÃO DO ESTADO SOCIAL DE DIREITO

Intenção de Bolsonaro e Guedes é transformar em mercadoria os direitos sociais, conquistados a duras penas pela sociedade brasileira nos últimos 50 anos, e colocar o Estado subsidiário e complementar à iniciativa privada

Fausto Augusto Júnior

A Proposta de Emenda Constitucional 32 (PEC 32), conhecida como Reforma Administrativa, visa muito mais que reorganizar as estruturas administrativas para se adequar a determinado governo. Na realidade, a PEC pretende uma radical reforma de Estado. O objetivo é desconstruir o Estado Social Democrático de Direito, pactuado na Constituição de 1988.

A proposta que está tramitando tem como centro a inversão da relação entre o Estado e a iniciativa privada e a quebra da estabilidade e do regime jurídico único dos servidores públicos.

A intenção é transformar em mercadoria os direitos sociais, conquistados a duras penas pela sociedade brasileira nos últimos 50 anos, e colocar o Estado subsidiário e complementar à iniciativa privada. Para isso, o governo pretende criar mecanismos de relação entre o setor público e privado que possibilitem diferentes formas de terceirização e concessão de serviços e estruturas, além de estabelecer limites para a atuação do Estado.

No que se refere à quebra da estabilidade e do regime jurídico único, ao contrário do que tem sido afirmado por Jair Bolsonaro e apoiadores, a PEC 32 atinge futuros e atuais servidores e aposentados. Isso porque altera e retira direitos e garantias já consagrados e traz para o serviço público a rotatividade do setor privado, com a substituição do conceito de função pública por cinco tipos de vínculos: de experiência, por prazo determinado, por prazo indeterminado, de liderança e assessoramento e típico de Estado (único com es-

tabilidade).

Talvez a mais importante alteração projetada pela PEC 32 é o que se pode chamar de relativização da estabilidade. Regra constitucional, a estabilidade é a maior garantia para a sociedade de que o servidor poderá desempenhar sua função de forma impessoal, sem se preocupar com qualquer tipo de represália, com o mínimo de influências de ordem político-partidária e sem comprometer a missão final de bem atender ao cidadão.

Além de acabar com a estabilidade para a maioria dos novos servidores, por meio dos vínculos que serão criados, a PEC também ameaça o funcionalismo que está em atividade, já que o servidor poderá perder o cargo a partir de decisão proferida por órgão judicial colegiado – segunda instância.

Essa alteração representa gravíssimo retrocesso, visto que, atualmente, a perda do cargo só pode ocorrer após o trânsito em julgado do processo. Com a aprovação da proposta, os atuais servidores poderão ser destituídos do cargo pela primeira decisão judicial colegiada – proferida por um tribunal. Vale ressaltar que o número de julgamentos favoráveis aos servidores nas últimas instâncias, que corrigem injustiças de decisões colegiadas anteriores, é alto.

O texto da PEC diz também que o servidor efetivo pode perder o cargo a partir de avaliação periódica de desempenho, cujos critérios deverão ser definidos em lei ordinária, o que facilita a aprovação das regras e depois possíveis mudanças para facilitar a dispensa por insuficiência de resultados.

Quanto às vedações a direitos e garantias já existentes, outro ponto que merece muita atenção na PEC 32. Está prevista uma série de

vedações aos servidores, como férias em período superior a 30 dias, adicionais referentes a tempo de serviço, licença-prêmio, adicional ou indenização por substituição, progressão ou promoção baseada exclusivamente em tempo de serviço, entre outras.

Apesar de a PEC resguardar os atuais ocupantes de cargos públicos dessas medidas, elas poderão se aplicar aos servidores em atuação, pois se houver mudança ou revogação de lei que institui esses direitos, quem está no funcionalismo hoje será incluído na nova regra geral instituída.

A aprovação da Reforma Administrativa terá impactos sobre os servidores ativos, aposentados e pensionistas no que se refere ao equilíbrio dos regimes próprios de Previdência Social, ao vincular a maioria dos novos servidores ao RGPS, o que significará elevação das contribuições previdenciárias aos atuais servidores e aposentados com o objetivo de reequilibrar os fundos, conforme previsto na reforma previdenciária de 2019.

O desafio do movimento sindical é desmistificar o discurso de que a PEC 32 não afetará quem está no serviço público hoje. Será necessário muito diálogo com os trabalhadores, com todas as informações, sobre os efeitos nefastos para servidores e serviços públicos. E, mais do que isso, o debate tem que envolver a sociedade em geral, na medida em que a precarização dos vínculos de trabalho no serviço público levará a uma série de comprometimentos no atendimento aos cidadãos brasileiros em um movimento de “mercadorização” dos direitos sociais. •

Mestre em Educação pela USP, é diretor-técnico do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese)

REFORMA ADMINISTRATIVA É UMA BOMBA

O governo promove um desmonte do serviço público com a PEC 32, abrindo caminho à privatização de áreas que historicamente são atendidas pelo Estado, incluindo o SUS e o ensino público

Elvino Bohn Gass

Do laboratório em que o governo neofascista e ultraliberal Bolsonaro cria bondades para os donos do capital e maldades contra o povo brasileiro, surgiu mais uma que é ameaça ao serviço público como um todo, o que inclui SUS e educação. Trata-se da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 32/20, que o governo postula como “reforma administrativa” mas que, de fato, é um desmonte do serviço público, para abrir caminho à privatização de áreas que historicamente são atendidas pelo Estado.

É o retrato perfeito do desprezo de Bolsonaro ao povo e aos servidores públicos civis, que são profundamente atingidos em seus direitos, inclusive os relacionados à aposentadoria, enquanto os militares das Forças Armadas mantêm todos os seus direitos e regalias. A PEC segue a linha Chicago Boy do ministro da Economia, Paulo Guedes, dileto acólito do genocida chileno Augusto Pinochet, cuja obra satânica está sendo sepultada pelo povo do Chile.

Na prática, o governo propõe uma reforma trabalhista do serviço público, eximindo-se de modernizar o setor, como o Congresso já fez com o Fundeb. Interesses de abutres do chamado mercado orientam a PEC: é a privatização do serviço e a precarização dos direitos

do servidor por meio da ampliação desmedida da influência política com o fim de concursos e outros retrocessos aos moldes ultraliberais. Calcula-se que quase 1 milhão de cargos temporários poderão ser criados, pavimentando o caminho para o sistema de rachadinhas, já amplamente adotado pela família Bolsonaro.

Interesses econômicos orientam esta reforma que vai além da terceirização, abrindo caminho para a privatização absoluta, colocando dinheiro público nas mãos de empresas para que tenham lucro com serviços como o SUS ou na área de segurança. A PEC 32 quer que o cidadão pague para ter acesso aos direitos que a Constituição lhe garante. Daí, porque já está sendo chamada de PEC do Desmonte ou do Rachadão. Isto, num momento histórico em que até países como os EUA estão reforçando o papel do Estado.

A proposta bolsonarista impacta diretamente nos atuais servidores públicos. Se aprovada, no dia seguinte o governo pode editar medida provisória regulamentando a avaliação de desempenho para permitir a demissão em massa, inclusive dos servidores atuais. A melhoria do serviço público, no entanto, que garantiria mais qualidade de vida ao povo, não está no radar de Bolsonaro.

Sua reforma corta salários, diminui jornadas, mas sem que esses ataques alcancem

certa elite do serviço público, justamente a que abocanha a maior parte da massa salarial, como juízes, promotores, procuradores e militares. Apenas 3,2% dos servidores públicos recebem acima de 20 salários mínimos – R\$ 22 mil. Já os que percebem até 4 salários mínimos – R\$ 4,4 mil – são 53,1% do funcionalismo. E 80% dos servidores ganham no máximo 10 salários mínimos – R\$ 11 mil –, como professores, trabalhadores da saúde e da segurança pública.

O governo mente quando diz que o Brasil tem muito funcionário público. Temos 10,3 milhões de servidores, 5% da população, ante 5,9% no Japão, 10,6% na Alemanha, 15,3% nos Estados Unidos, 21,4%, na França, e 30% na Noruega.

O Brasil é exemplo mundial de carreiras perenes que dão garantia à continuidade de políticas públicas, independentemente de partido político ou do governante de plantão nos âmbitos federal, estaduais e municipais.

Paulo Guedes, vale lembrar, já chamou os servidores de parasitas. E a reforma que ele propõe equivale, mesmo, a uma bomba nuclear sobre o povo brasileiro. Por isso, não à PEC 32/20, uma proposta destrutiva e criminoso que sepulta qualquer perspectiva e possibilidade de modernização do serviço público. •

Deputado federal pelo Rio Grande do Sul, é líder do PT na Câmara dos Deputados.



Divulgação

O FRACASSO DO ULTRALIBERALISMO

A debacle da economia brasileira é uma obra de Guedes e Bolsonaro. A fome cresceu, o desemprego bate recorde e a desigualdade avança. Não bastasse isso, a alta recorde da inflação arrebenta com o poder de compra da maioria da população

Guilherme Mello

A pesar do avanço da vacinação e da retração gradual da pandemia de Covid-19 no Brasil, a economia brasileira segue na UTI. A recuperação do crescimento esperada com a retomada das atividades está ameaçada pela carestia, pelo desemprego, desalento e pelo endividamento recorde das famílias em um cenário de aumento dos juros.

Se a previsão segue sendo de crescimento de aproximadamente 5% em 2021 – apenas recuperando a queda de 4,1% do ano passado –, a expectativa para 2022 é de que o Brasil volte para o cenário de estagnação que enfrenta desde o governo Temer, com crescimento estimado de 2%.

O mais grave é que essa esperada volta à estagnação ocorrerá em um cenário econômico e social extremamente deteriorado. Atualmente, o país tem aproximadamente 15 milhões de trabalhadores (as) desocupados (as), 5,7 milhões de trabalhadores (as) desalentados (as) e um total de 29,3% da população trabalhadora subutilizada. Dentre os empregados, ao menos 40% se encontram na informalidade e seus rendimentos reais (já descontadas a inflação) mostram estagnação, quando não queda.

Esses dados se refletem também na ampliação da pobreza e da fome, que voltaram a assolar os brasileiros após terem sido virtualmente eliminadas durante os governos petistas. São 14,3 milhões de brasileiros vivendo em um cenário de extrema po-



MIOPIA Passados dois anos e meio da política econômica de Paulo Guedes, a realidade brasileira é dura e cruel. A estratégia ultraliberal fracassou

breza, dentre os quais cerca de 40% são crianças e adolescentes e 74% negras ou pardas.

De acordo com a Oxfam, mais da metade do Brasil hoje se encontra em uma situação de in-

segurança alimentar, sendo que 43,4 milhões se encontram em situação moderada ou grave de insegurança alimentar – quando falta comida no prato. O crescimento do número de pessoas em insegurança alimentar grave é assustador: saltou de 10 milhões em 2018 para 19 milhões em 2021, uma verdadeira epidemia de fome.

Além do desemprego e da queda na renda, outro fator que contribuiu para esse cenário desolador é a carestia. O IPCA, principal indicador de inflação, já acumula alta de 9% em 12 meses, e o INP, índice que capta a realidade das famílias mais pobres, alcançou elevação de 9,85% no mesmo período.

Um dos principais vilões dessa inflação elevada é o preço dos alimentos, a energia elétrica, os combustíveis e o gás de cozinha. Como é possível ver na tabela, alguns alimentos chegam a acumular aumento de 40% ou mais em seus preços, pressionando fortemente o orçamento das

**A VIDA PIOROU
COM BOLSONARO:
71% DAS FAMÍLIAS
BRASILEIRAS
SE ENCONTRAM
ENDIVIDADAS,
SENDO QUE 10,9%
ESTÃO MUITO
ENDIVIDADAS**

Dragão da inflação cospe fogo nos preços

IPCA acumulado em 12 meses. Julho 2021



Óleo de soja	84,3%
Álcool (etanol)	57,3%
Repolho	44,2%
Músculo	43,4%
Tomate	43%
Passagem aérea	42,9%
Feijão fradinho	42,4%
Arroz	39,7%
Gasolina	39,7%
Patinho	39,1%
Mandioca (aipim)	37,2%
Botijão de gás	29,3%
Frango em pedaços	21,9%
Energia elétrica residencial	20,1%

Fonte: IBGE

famílias mais pobres. A energia elétrica, que já acumula alta de 20% em 12 meses, deve seguir pressionada devido à seca e a falta de investimentos no setor de produção de energia nos últimos anos.

Sem emprego, sem renda e com os produtos cada vez mais caros, as famílias brasileiras têm batido recordes de endividamento. Atualmente, 71% das famílias se encontram endividadas, sendo que 10,9% estão muito endividadas, sem perspectivas de quitar suas obrigações. Esse número cresce se analisarmos apenas as famílias que tem renda até 10 salários mínimos, quando o endividamento alcançou 72,6% das famílias em julho.

Para piorar a situação, com o aumento da inflação, o Banco Central está promovendo uma rápida elevação dos juros básicos da economia, a chamada taxa Selic. A previsão é que se chegue ao final do ano com a Selic próxima de 8%, impactan-

do diretamente o custo do crédito ao consumidor, incluindo o crédito imobiliário, um dos poucos setores da economia que vinha reagindo e que, agora, diante do encarecimento dos insumos e do crédito, tende a desacelerar.

Os dados aqui apresentados são inequívocos e falam por si. A estratégia ultraliberal de Paulo Guedes, que representou um aprofundamento da já fracassada "Ponte para o futuro" do governo Temer, fracassou.

As reformas não promoveram crescimento, não geraram empregos e foram incapazes de preparar a economia para enfrentar momentos de crise, como a pandemia da Covid-19. Além do negacionismo, da inação e das atitudes criminosas na propagação do vírus, o impacto econômico da crise no Brasil será majorado por uma agenda econômica fracassada e ultrapassada, que não será capaz de recuperar o crescimento, o emprego, a renda e estabilizar

a economia brasileira.

Por hora, o governo prossegue com a agenda liberal de um lado – privatizações, reforma administrativa e desmonte do Estado –, enquanto busca formas de aumentar os gastos e garantir desonerações para a classe média durante o ano eleitoral, através da reforma do imposto de renda e da PEC dos Precatórios.

A ilusão de que o objetivo da política econômica era a "sustentabilidade fiscal" já se desfaz há muito tempo. Está claro quais os reais intuitos de Guedes e Bolsonaro: destruir o Estado, enquanto distribuem recursos públicos para seus aliados políticos visando a eleição de 2022. O preço pela aventura bolsonarista é alto não apenas no cenário social, ambiental, político e institucional, mas também no pilar econômico. •

Economista, é professor e coordenador do programa de pós-graduação em desenvolvimento econômico do Instituto de Economia da Unicamp.

GOVERNO MASSACRA QUEM PRECISA

As pequenas e microempresas precisam de ajuda, e a proposta apresentada pelo governo não resolve nada. Faltam políticas públicas como as que existem nos países onde os pequenos negócios são peças chave das economias

Paulo Feldmann



O Brasil enfrenta uma das maiores crises econômicas dos últimos 75 anos. Somando-se o número de desempregados com o de subocupados, chegamos a um terço da força de trabalho do país. A miséria absoluta já atinge 8% da população. Nesta hora difícil, o governo federal apresenta uma proposta de reforma tributária onde o mínimo que seria esperado é que amenizasse a situação cruel por que passa a grande maioria – a população pobre do país, assim como o enorme contingente de pequenas e microempresas. Mas o que se vê é justamente o contrário.

O Brasil é realmente o país das grandes contradições. Aqui, o grupo mais rico constituído por apenas 1% da população recebe 28% de toda renda do país e tem metade do patrimônio. No caso das empresas, a concentração é ainda pior, pois apesar de serem 99% das empresas brasileiras (7,5 milhões) as pequenas e as micro são responsáveis por apenas 29% do PIB brasileiro. É uma das taxas mais baixas do mundo. Para se ter uma ideia, em qualquer país da Europa a taxa mais baixa é de 50% chegando a 65% na Alemanha.

A reforma em discussão nem considera taxar os super-ricos ou mudar as alíquotas do imposto de renda, criando novas faixas de taxaço para as camadas com maiores rendimentos. Hoje um trabalhador assalariado que ganha R\$ 6 mil reais por mês, ao fazer seu imposto de renda, vai pagá-lo baseado numa alíquota de 27,5%, enquanto um grande empresário cuja empresa distribuiu R\$ 600 mil por mês a título de lucros e dividendos não vai pagar nada. Assim é o nosso sistema tributário. Pode se falar tudo dele, menos que seja justo.

Com o envio da proposta de reforma tributária em julho, o Congresso finalmente passou a discutir como taxar dividendos, mas na pessoa jurídica e não na pessoa física, como seria o correto. Aliás, a discussão que se trava na Câmara dos Deputados sobre como taxar o imposto de renda das pequenas empresas mostra bem como é enorme o poder da grande empresa em nosso país. Como estas contam com diversos incentivos fiscais – Reidi, Reiq, Suframa, etc. – que não existem para as pequenas, os próprios dados da Receita Federal mostram claramente que as pequenas pagam muito mais que as grandes.

Em média, a pequena paga 2,5 vezes mais que a grande quando a base é o imposto pago dividido pelo faturamento. No entanto, há técnicos conceituados e que se dizem especialistas em tributação que advogam ainda uma maior taxaço sobre as pequenas. É esse poderoso lobby das grandes que não permite que o Brasil tenha políticas públicas que favoreçam as pequenas.

Mas, apesar dos pesares, está errado pensar que o desenvolvimento das pequenas e microempresas deva se basear somente em questões tributárias. Isto está em pauta nesta reforma, mas a questão é muito mais ampla do que apenas incentivos e desonerações. O que falta são políticas públicas como as que existem nos países onde as pequenas empresas são peças chave das respectivas economias. Na Itália, por exemplo, graças a uma política de incentivo à formação de consórcio de pequenas empresas, mais da metade das exportações se originam nas mesmas, enquanto no Brasil as pequenas não respondem nem por 1% de nossas exportações.

Até nos países ditos mais liberais, como os Estados Unidos, as pequenas empresas contam com fortes privilégios quando participam de concorrências públicas e compras governamentais, enquanto no Brasil inexistem iniciativas deste tipo. Sem contar a questão do crédito, uma dificuldade crônica das pequenas empresas, devido sobretudo à falta de interesse dos bancos em emprestar.

Veja se o que acontece com o Pronampe, que deixou de ser um programa de apoio à pequena empresa para se transformar num produto de prateleira dos bancos. Isso porque, com os juros e as condições oferecidas, só vai se interessar o pequeno empresário que não fizer as contas sobre quanto vai perder. Até hoje o único programa de crédito decente que realmente ajudava a pequena empresa foi o Cartão BNDES concebido no governo Lula, mas descontinuado por Temer, justamente por que não interessava aos bancos.

O fato é que estamos vivendo uma situação muito difícil do ponto de vista econômico e, o que é pior, sem perspectivas. Afinal como gerar emprego de fato para 33 milhões de trabalhadores? A saída estaria na pequena empresa, que ainda é responsável por metade dos empregos com carteira assinada no Brasil. Mas, para isso, ela precisaria de apoio e o que procuramos mostrar neste artigo é que hoje, esse apoio não só não existe, mas, principalmente, absolutamente não virá com essa reforma tributária. Há muito mais por se fazer. •

Coordenador do Núcleo de Acompanhamento de Políticas Públicas (NAPP) das MPes da Fundação Perseu Abramo, é professor de Economia da USP e foi presidente do Conselho da Pequena Empresa da FECOMERCIO-SP

CONSUMIDOR É QUEM PAGA

Com privatização da Eletrobrás e Petrobrás, a conta mais alta de luz, gás e combustíveis sobrou para o povão. Mais um feito do Planalto



O Brasil vive sua pior crise hídrica dos últimos 90 anos, desde que os níveis de chuva começaram a ser medidos na década de 1930. Como 64,9% da matriz elétrica brasileira é composta pela produção de hidrelétricas, a elevação de tarifas, a possibilidade de racionamento de água e luz e o risco de apagões se projetam sobre a economia.

A falta de chuvas, no entanto, não pode ser tratada como a única responsável por esse cenário. O maior subsistema do país, o Sudeste/Centro-Oeste, tem sido o mais afetado e opera no patamar mais baixo desde 2015, com menos de 30% de sua capacidade. Chove muito onde não precisa e chove pouco onde deveria. Tal mudança no padrão hidrológico é menos obra de São Pedro e mais resultado de interferências humanas. A Eletrobrás reduziu em 80% seus investimentos entre 2015 e 2020, caindo de R\$ 15,62 bilhões para R\$ 3,12 bilhões.

A falta de investimentos tem contribuído para a atual situação crítica. O que só deve piorar com a privatização da empresa estatal. No mundo inteiro, Canadá, Noruega, Suécia, Venezuela e Brasil são os únicos países cuja energia hidráulica é a principal fonte primária de geração de energia elétrica. Em todos eles essas empresas são estatais. Não há precedente na experiência internacional de um Estado que esteja se desfazendo de sua principal empresa de energia elétrica às vésperas de uma crise hidroenergética.

Para minimizar o problema, o país tem acionado suas usinas térmicas. No entanto, elas são mais custosas, poluentes,

e impactam diretamente na elevação das tarifas de energia. Segundo a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), a aplicação da bandeira vermelha pode custar mais de R\$ 2,7 bilhões a mais para os consumidores.

O acionamento da bandeira vermelha patamar 2 já significou reajuste de 52%, impactando a conta de luz. Além disso, sob gestão da iniciativa privada, a Eletrobrás deve extinguir

**EM CINCO ANOS,
A ELETROBRÁS
REDUZIU EM 80%
INVESTIMENTOS
DESDE 2015,
CAINDO DE
R\$ 15,62 BILHÕES
PARA R\$ 3,12
BILHÕES**

o programa Luz Para Todos que já levou energia para mais de 16,8 milhões de famílias.

O desmonte do setor de energia no Brasil atinge também a Petrobrás. Nos últimos anos, a petrolífera brasileira vem passando por um processo de privatização e desnacionalização sem precedentes. O plano de desinvestimentos da empresa tem acelerado a venda de campos de petróleo em terra e águas rasas, de refinarias, de ativos ligados ao gás, logística,

transporte, distribuição, petroquímica, biocombustíveis, entre outros.

Para viabilizar essa política as últimas gestões da Petrobras mantiveram o parque de refino funcionando com capacidade ociosa, cerca de 76,5% da carga de refino tem sido utilizada. Tal decisão levou à entrada de uma enxurrada de importadores no mercado brasileiro. A importação de gasolina atinge o patamar de 62%. Com menos refino e mais importação, cresceram as pressões para que o preço dos combustíveis fosse também internacionalizado e dolarizado. Um erro.

O resultado é que apenas no governo Bolsonaro já foram realizados cerca de 92 reajustes no preço do diesel, provocando uma alta acumulada de 39,5%. No caso da gasolina, a situação é ainda pior. Foram cerca de 103 reajustes, provocando elevação de 73,1% nos preços. Em grandes cidades, trabalhadores de aplicativos já trocam o moto pela bicicleta em função do preço dos combustíveis.

No caso do GLP, a situação é ainda mais dramática. A alta do gás de cozinha já atinge 57%, tornando a compra do preço do botijão de 13kg impeditivo para uma grande parcela da população. Por isso, algumas famílias tem voltado a cozinhar a lenha.

A energia é um bem comum necessário para o funcionamento de toda a economia. O desmonte das empresas do setor energético provoca deterioração nas condições de vida da população, sobretudo entre os mais pobres e precarizados. Nesse caso, privatização e inflação são duas faces da mesma moeda. •

Economista e sociólogo, é professor da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (Fespsp)



AFEGANISTÃO: CREPÚSCULO DO IMPÉRIO

Vinte anos depois de investir sobre o Afeganistão, após alimentar por uma década os jihadistas, incluindo Osama Bin Laden, contra a União Soviética, os americanos assistem impávidos à ascensão do Taliban e a queda de Cabul

A doce América, o porrete da democracia no mundo, sucumbiu na última semana ante a ascensão dos talibans, aqueles que um dia o presidente George W. Bush jurou combater até que entregassem o terrorista Osama Bin Laden, o homem que realizou o 11 de Setembro, em 2001, e promoveu o maior ataque aos Estados Unidos desde a invasão de Pearl Harbour pelos japoneses, em dezembro de 1941, quando os Estados Unidos entraram na 2ª Guerra Mundial.

Em 15 de agosto, a última cidade importante do Afeganistão, Cabul, caiu ante os pés dos “estudantes do Corão”. O Taliban retornou triunfante, como o movimento fundamentalista e nacionalista islâmico que se difundiu no Paquistão e, sobretudo, no Afeganistão, a partir de 1994. Entre 1996 e 2001, o Taliban governou

três quartos do país. Agora, o dinheiro do ópio bastará para manter o grupo no poder? O que será da Pax Americana?

Durante duas décadas, a partir de 2001, os EUA reinaram no Afeganistão, jurando tornar aquela pátria uma força da democracia ocidental, banindo os mujahidin – os “combatentes que se empenham na luta (jihad)”, que os próprios americanos armaram e fomentaram quando os radicais em nome de Alá combatiam a União Soviética, como o próprio Bin Laden, durante a guerra que entre 1979 e 1989. Tudo em nome do anticomunismo.

Agora, o posto avançado dos EUA no Afeganistão resume-se a um lado do aeroporto de Cabul, um resquício caótico das tropas da retaguarda que tentaram salvar na última semana os desesperados afegãos e os restos de dignidade e honra jogados de

lado pelo presidente Joe Biden e a Casa Branca. A queda de Cabul é uma vergonha e poderia ter sido evitada ou adiada até que a situação na região ficasse menos tensa. Mas Washington preferiu deixar para trás seus aliados, que agora enfrentam os terríveis dilemas de vida ou morte. Ou cooperam com os radicais do Taliban ou morrerão como infiéis.

A queda de Cabul pode ser comparada à de Saigon, durante a Guerra do Vietnã. Em julho, Biden rejeitou a comparação, afirmando que “o Talibã não é o exército norte-vietnamita”. “Não haverá nenhuma circunstância em que você verá pessoas sendo resgatadas do telhado de uma embaixada dos Estados Unidos no Afeganistão”, disse. Na segunda, 16, a imprensa mundial mostrava funcionários da embaixada americana queimando documentos e helicópteros transportando diplomatas para o aeroporto”. •

Iconographia/Memorial da Democracia

23 de agosto de 1900

NASCIMENTO DE JOSÉ CORREIA LEITE

Nasce José Correia Leite, ativista do movimento negro brasileiro desde os primeiros anos do século 20. Como tipógrafo, é um dos fundadores do jornal O Clarim da Alvorada, em 1924. Também cria o jornal Chibata, em 1932, e apoia a fundação da revista Niger, em 1960. Na trajetória de militante, destacam-se também a fundação do Centro Cívico Palmares, em 1926, e da Frente Negra Brasileira em 1931, além do Clube Negro de Cultura Social em 1932.

23 de agosto de 1931

REPRESSÃO A COMÍCIO MATA OPERÁRIO

Polícia ocupa os principais pontos de Santos, cidade portuária paulista, para impedir a manifestação convocada pelo Socorro Vermelho Internacional e pela Federação Sindical de Santos para homenagear anarquistas executados nos Estados Unidos. Na Praça da República, o conflito entre populares e a repressão rapidamente tomou grandes proporções. Entre os estivadores que participavam dos protestos estava o ensacador de café Herculano de Sousa, negro e militante comunista. Atingido por um disparo da polícia, ele tombou agonizante e morreu nos braços de Pagu (a escritora Patrícia Galvão). Ela e o também comunista Guiomar Gonçalves acabaram presas.



24 de agosto de 1954

GETÚLIO SE MATA COM UM TIRO NO CORAÇÃO

De manhã cedo, o presidente Getúlio Vargas, de pijamas, sai do seu quarto no palácio do Catete, vai até o gabinete de trabalho e volta com um envelope. Pouco tempo depois, ouve-se um tiro. O filho, Lutero, corre para os aposentos do pai, seguido pela irmã, Alzira, e pela mãe, Darci. Encontram Getúlio caído na cama, com um revólver Colt calibre 32 perto da mão direita. Na altura do coração, um buraco da bala e uma mancha de sangue. Encostado no abajur, sobre o criado-mudo, estava o envelope contendo a carta que, datilografada na véspera por um amigo, explica o gesto – não é um lamento, mas um manifesto político.

A carta-testamento não deixava dúvida sobre como o suicídio deveria ser entendido: era uma reação a uma campanha subterrânea dos grupos internacionais, aliados aos grupos nacionais, para bloquear a legislação trabalhista e o projeto desenvolvimentista. “Se as aves de rapina querem o sangue de alguém, querem continuar sugando o povo brasileiro, eu ofereço em holocausto a minha vida”, dizia a carta, que concluía: “Serenamente dou o meu primeiro passo no caminho da eternidade e saio da vida para entrar para a história”.

Getúlio cumpriu então o que havia prometido ao país dias antes. Eleito pelo povo, só sairia morto do palácio do Catete. Por volta das 8 horas da manhã, suicidou-se com um tiro no peito. No Rio, capital da República, uma multidão amargurada, revoltada e colérica passou a percorrer as ruas, armada com paus, pedras e fúria. Arrancou dos postes propaganda da oposição, quebrou as vidraças da Standart Oil, apedrejou a fachada da embaixada dos Estados Unidos e os prédios onde funcionavam os jornais “O Globo” e “Tribuna da Imprensa”. Para arrematar, incendiou os caminhões que distribuía esses jornais.



25 de agosto de 1954

‘MATARAM GETÚLIO!’ — E O POVO SAI ÀS RUAS

Logo após a notícia do suicídio do presidente, multidões saem às ruas, enfurecidas, abortando qualquer hipótese de intervenção – muito embora o dispositivo militar montado para obrigar Getúlio a renunciar continuasse armado. Populares ocuparam ruas e praças em todo o país e atacaram sedes de partidos de oposição – principalmente da UDN –, jornais alinhados ao udenismo e quartéis. E não se esqueceram do maior inimigo do líder morto: Carlos Lacerda. Caçado nas ruas do Rio, ele se refugiou na embaixada dos Estados Unidos. Quando esta foi atacada, ele fugiu num helicóptero militar para o cruzador “Barroso”, ancorado na baía da Guanabara.

“Mataram Getúlio! Mataram Getúlio!”, gritavam os populares nas inúmeras manifestações que se seguiram à notícia do suicídio do presidente. No Rio, São Paulo, Porto Alegre, Belo Horizonte e capitais do Nordeste, a multidão mostrava a cara e manifestava profunda revolta com o desfecho trágico da dura campanha oposicionista contra Vargas. O Exército interviria em várias cidades.

No Rio, armados de paus e pedras, populares percorreram o centro da cidade destruindo material de propaganda da oposição. Só o jornal “Ultima Hora” pôde ir para as bancas, pois os manifestantes incendiaram carros e exemplares de “O Globo” e da “Tribuna de Imprensa”, que tiveram grande atuação na campanha sem trégua que levava Getúlio Vargas ao suicídio. Em Porto Alegre, populares se concentraram no Comitê Central Pró-Candidatura Leonel Brizola, da ala esquerda do PTB, em busca de informações. De lá, saíram às ruas carregando fotos de Getúlio e bandeiras nacionais tarjadas de preto, em sinal de luto.

21 de agosto de 1981

CONCLAT: SINDICATOS SE REÚNEM LIVREMENTE

Em desafio à ditadura e à legislação sindical autoritária, delegados de 1.091 sindicatos, urbanos e rurais, realizam entre 21 e 23 de agosto de 1981, a 1ª Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras (CONCLAT). A principal decisão do encontro é eleger a Comissão Nacional Pró-Central Única dos Trabalhadores (Pró-CUT), organização sindical nacional e independente.

Mais de 5 mil delegados, na maioria eleitos diretamente pelas bases, participam do encontro. Foi a primeira reunião ampla de categorias diversas desde o Golpe de 1964. Estavam representadas todas as correntes do sindicalismo em suas diversas tendências políticas: os sindicalistas combativos, identificados com o PT; as oposições sindicais, com influência das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs); o bloco da Unidade Sindical, aliando dirigentes moderados, o PCB, o PCdoB e o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8); os sindicalistas ligados às novas organizações de esquerda; além de associações e entidades pré-sindicais.

Esta seção é fruto da parceria entre o Centro Sérgio Buarque de Holanda, da FPA, o Memorial da Democracia e o Instituto Lula.

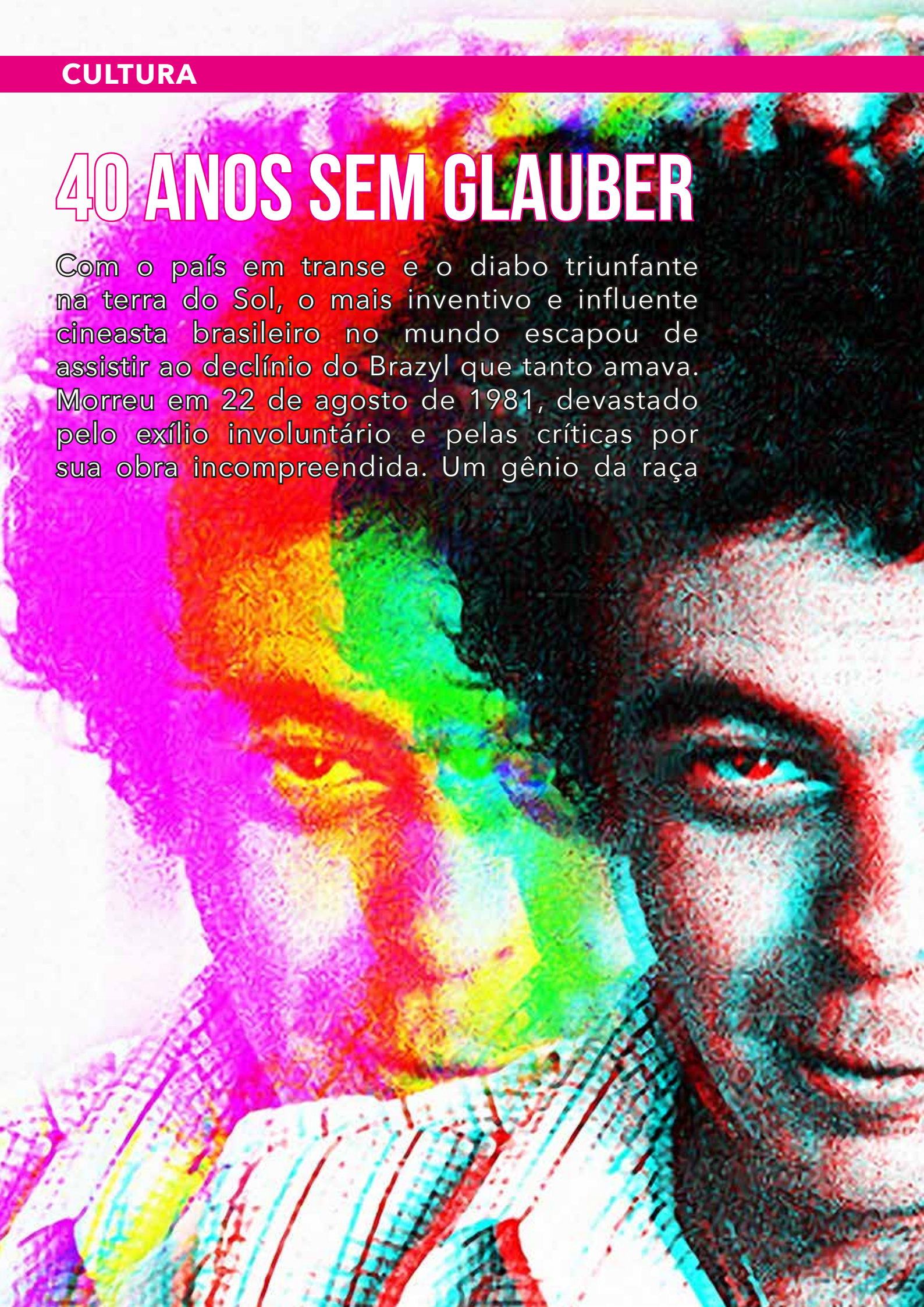
Os textos remetem a um calendário de eventos e personalidades da esquerda que é colaborativo e está em constante atualização.

Envie suas sugestões por e-mail para memoria@fpabramo.org.br

Visite o memorialdademocracia.com.br

40 ANOS SEM GLAUBER

Com o país em transe e o diabo triunfante na terra do Sol, o mais inventivo e influente cineasta brasileiro no mundo escapou de assistir ao declínio do Brazil que tanto amava. Morreu em 22 de agosto de 1981, devastado pelo exílio involuntário e pelas críticas por sua obra incompreendida. Um gênio da raça



Olímpio Cruz Neto

Glauber Rocha era irascível, temperamental, verborrágico, delirante, incompreendido, anárquico, provocador, irresponsável, marxista e porra-louca. Era tudo isso e muito mais. Era, sobretudo, um artista absolutamente genial e original. Em 22 de agosto de 1981, com apenas 42 anos de idade, o mais influente e reconhecido cineasta brasileiro no mundo partiu, um dia depois de voltar do exílio voluntário em Portugal. Faleceu vítima de um choque bacteriano por conta de uma pneumonia. Amigos e familiares, como a mãe do cineasta, Lúcia Rocha, foram mais a fundo. “Glauber morreu de uma doença chamada Brasil”.

“A Cultura Brasyleira está com câncer. Toritoma maligno. Carcimona Embriologeno. Melomena pulverizantyz. Metástase: os efeitos destrutivos possuíram órgãos, membros e almas dos artistas, burocratas que se ocupam de produzir, realizar e distribuir cultura no Brazyl”, escreveu o jornalista em 1979, em artigo publicado no *Correio Braziliense*. “A Televisão está contaminada pelos enlatados promocionais do FBI e da CIA. (Órgãos de segurança yankz). As Telenovelas veiculam problemas falsos, com roupas falsas e falas falsas. Nossas rádios transmitem 90% de música yank ou ‘multyz’ com o objetivo de SURDAR o povo”.

O que diria hoje Glauber? Ele morreu se queixando dos fascistas – sua briga com o cineasta Louis Malle, em pleno Festival de Veneza, em 1980, após ver seu genial “A Idade da Terra” ser ofuscado por um filme menor do francês, “Atlantic City”, é antológica. “É um cineasta de segunda categoria! Não tem condições de me derrotar! Faça cinema do futuro e

ele, uns filmezinhos comerciais”, detonou. O baiano declarou que havia um conluio e que Malle só ganhou o prêmio porque a produtora Gaumont – “uma multinacional imperialista” – fez um jogo de cartas marcadas.

Malle partiu para cima: “E o seu filme foi produzido por quem?”. Glauber devolveu: “Pela Embrafilme, uma empresa estatal de meu país” – presidida na época por ninguém menos que o diplomata Celso Amorim, ex-chanceler de Lula. Sorrindo, cheio de ironia, o cineasta francês rebateu: “E o Brasil não tem um regime fascista? Ou você é daqueles que acha que [João] Figueiredo é democrata?”. Colérico, Glauber avançou sobre o colega. “Fascistas são vocês, que manipulam as multinacionais do cinema, que impõem toda sorte de mediocridade ao mercado do terceiro mundo!”

Ah, Glauber. Você não viu nada. Não viveu para ver a ascensão de um fascista de primeira linha – um bronco como Mussolini – chegar à Presidência do Brasil, depois que um líder operário deixou o poder, no auge da popularidade, com mais de 80% de aprovação, passando a Presidência para uma ex-guerrilheira, presa e torturada durante a ditadura militar, derrubada por um Golpe de Estado travestido de impeachment... A esquerda perseguida.

Felizmente, você não estava aqui para ver o que tentam fazer com a cultura nacional todos os dias. Como tudo está sendo rasgado e reduzido a pó. Você não viu Zumbi dos Palmares ser varrido da memória nacional, ou assistiu aos ataques de um negro que dirige a Fundação Palmares a figuras queridas da nossa cultura como o Antonio Pitanga – o Crysto Negro –, ou Zezé Motta.

Que bom, Glauber, que você não assistiu ao incêndio monstruoso do Museu Nacional, no Rio,

durante o governo Temer, nem estava presente para ver a recusa do presidente do Brasil em entregar o prêmio Camões – o mais importante reconhecimento de um autor de língua portuguesa – ao Chico Buarque, em 2019... Também não viu parte dos seus manuscritos, cartas, roteiros, filmes e documentos serem destruídos pela omissão criminosa do governo federal, que jamais tomou providência para resguardar o acervo da Cinemateca Brasileira, que virou pó num galpão na Vila Leopoldina, em São Paulo.

Mas o Brasil pode vir a se apaixonar novamente pelo cinema do baiano em pouco tempo. Uma cópia em 4K de “Deus e o Diabo na Terra do Sol”, o segundo longa-metragem de Glauber, lançado no Brasil em julho de 1964, está sendo recuperado pela filha, Paloma Rocha. A obra, um dos marcos da cultura nacional, é referência como obra-prima do Cinema Novo, movimento que deu outro patamar à sétima arte no país e à produção cinematográfica nos anos 1960 e no início da década seguinte. A paixão de Glauber pelo Brasil deveria ser estudada nas escolas públicas. Afinal, sua obra foi reconhecida no mundo e louvada por diretores influentes como Jean Luc Godard e Martin Scorsese, ambos grandes fãs do baiano.

Glauber foi um homem de seu tempo, e transformou o cinema em um instrumento de arte e consciência social. Foi o primeiro a tratar da fome crônica nos sertões brasileiros como denúncia da miséria e da opressão. “A fome latina não é somente um sintoma alarmante: é o nervo de sua própria sociedade”, escreveu em 1981, em “Revolução do Cinema Novo”. “Aí reside a trágica originalidade do Cinema Novo diante do cinema mundial: nossa originalidade é nossa fome e nossa maior miséria é que essa fome, sendo sentida, não é compreendida”. •

O ETERNO POLICARPO QUARESMA

A obra-prima de Lima Barreto completa 110 anos e segue atemporal e com profundo impacto ao retratar o Brasil e suas idiossincrasias, imerso no nacionalismo de quem ama o país

Alberto Cantalice

Há exatos 110 anos atrás vinha à luz um dos maiores clássicos da literatura de língua portuguesa, quiçá do mundo: o livro “Triste Fim de Policarpo Quaresma”, da lavra do escritor carioca Afonso Henriques de Lima Barreto. Nascido no ano 1881, filho e neto de descendentes de escravizados com portugueses, perdeu a mãe aos 6 anos de idade, sendo criado pelo pai.

Tipógrafo de profissão, o pai João Henriques era um admirador de D. Pedro II, o que decisivamente contribuiu para as “reservas” que o jovem Afonso Henriques teria com a República, vítima de suas críticas acerbas.

No ano de 1907, Lima Barreto começa a trilhar o caminho da imprensa escrita vindo a colaborar em periódicos. Foi secretário de redação da revista “Fon Fon”. Sua participação na revista, porém teve vida curta, durando de abril a junho de 1907. Em seguida, Lima Barreto funda a revista “Floreál”.

No entanto, foram nas páginas do antigo “Jornal do Commercio, já no ano de 1911, que ele publica em formato de folhetim a sua obra-prima. A primeira edição em livro, inclusive, foi bancada pelo próprio autor, vindo posteriormente a ser um grande sucesso com edições sucessivas até hoje.

“Triste Fim de Policarpo Quaresma” é considerado pela crítica e pela academia como uma obra pré-modernista. Um conceito que veio evoluindo ao longo do tempo até ser interpretada como uma obra atemporal.

Seu personagem principal, o Major Quaresma, um patriota empedernido, sonha em mudar a forma de linguagem no Brasil. Ele faz uma cruzada defendendo o uso do idioma Tupi-Guarani como o verdadeiro símbolo da brasilidade, em vez da língua portuguesa.

Ambientado no período em que o país era governado pelo Marechal Floriano Peixoto, o livro é dividido em três partes, que satirizam a situação brasileira de então: a Revolta da Armada, o academi-

cismo e a situação rural. E aponta: “Ou o Brasil acaba com as saúvas, ou as saúvas acabam com o Brasil”, fazendo um paralelo com a primeira crise do café.

O livro foi adaptado para o teatro pelo diretor teatral Antunes Filho e para o cinema pelo diretor Paulo Thiago, tendo o Major Policarpo Quaresma sendo brilhantemente representado pelo grande ator gaúcho Paulo José. E tem traduções e adaptações pelo mundo afora.

Culto, apesar de não ter diploma universitário, Lima Barreto foi um exímio leitor de clássicos da literatura francesa. Não à toa, ele inicia o livro com uma epígrafe em francês.

A abrangência que a obra assumiu pode ser visto pela imensa quantidade de ensaios, teses de mestrado e doutorado, além de livros e críticas de parte significativa da intelectualidade brasileira. Entre estes, trataram da obra Francisco de Assis Barbosa, Carlos Nelson Coutinho, Lilia Schwarcz, Alfredo Bosi e o mestre Antônio Candido. •



Plano de reconstrução e transformação do Brasil

OUTRO MUNDO
É PRECISO
OUTRO BRASIL
É NECESSÁRIO



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

Documento histórico, o Plano de Reconstrução e Transformação do Brasil tem como objetivo fortalecer a democracia e recolocar o Estado a serviço do país e do povo. O PT e a Fundação Perseu Abramo propõem a adoção de medidas econômicas de emergência e de longo prazo, com a recuperação de direitos dos trabalhadores e a retomada da soberania nacional.

O texto está disponível no site da Fundação Perseu Abramo: <http://fpabramo.org.br>.



PROGRAMAÇÃO

02/08 a 06/09
segundas-feiras
19 horas, online

Mesas:

02/08 | Abertura: Paulo Freire, vida e obra

09/08 | Paulo Freire e o PT

16/08 | Gestão pública democrática
numa perspectiva freireana

23/08 | Paulo Freire e as políticas
públicas de educação

30/08 | Educação e política em
Paulo Freire

06/09 | Matrizes do pensamento
freireano


CICLO DE DIÁLOGOS

Paulo
Freire
100 ANOS



TRANSMISSÃO:

 /fundacao.perseuabramo

 /FundacaoPerseuAbramo



INSTITUTO
PAULO FREIRE



ESCOLA NACIONAL
FLORESTAN
FERNANDES



FUNDAÇÃO
PAULO FREIRE



CADERNA LIVRE
PAULO FREIRE

